

Demonstrações Financeiras Anuais Completas

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

**Em 31 de dezembro de 2023
com Relatório dos Auditores Independentes**

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

**Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31
dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S/A

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

(Valores em milhares de reais)

1. Sobre a Companhia

Ao revisitar os resultados alcançados ao longo do ano de 2023, temos a certeza de que, apesar dos desafios enfrentados, mantivemos nosso foco na dedicação aos nossos usuários, em preservar vidas, na segurança viária e no compromisso com o desenvolvimento sustentável da Bahia.

Mesmo com o desequilíbrio contratual e os desafios financeiros existentes, permanecemos dedicados à nossa missão de administrar nossas rodovias com responsabilidade e investimos, até dezembro de 2023, cerca de R\$ 2.137 milhões, distribuídos em obras de recuperação, pavimentação, iluminação, terraplanagens, estruturas de contenção, canteiros centrais e faixas de domínio, elementos de proteção e segurança e em obras de duplicação nas rodovias.

Estamos focados em resolver questões legais e em negociar estrategicamente para garantir o reequilíbrio contratual, visando retomar os investimentos necessários para atender às necessidades dos usuários e da comunidade. Até agora, uma decisão judicial favorável obtida em agosto de 2022 continua em vigor, suspendendo a exigibilidade de determinadas obrigações, em razão do desequilíbrio contratual que segue sendo um desafio.

Em abril de 2023, estabelecemos um Grupo de Trabalho com a ANTT e o Ministério dos Transportes para encontrar uma solução para as controvérsias em torno do Contrato de Concessão da VIABAHIA. Em novembro do mesmo ano, a ANTT submeteu uma proposta ao TCU, que será analisada pela Secex Consenso, para resolver essas questões. Continuamos trabalhando com a ANTT para alcançar um acordo e retomar os investimentos necessários para garantir a mobilidade e segurança dos usuários.

Alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, a VIABAHIA continua reforçando seu compromisso com seus colaboradores e comunidades por meio da execução de seus Programas Socioambientais. No mês de dezembro, realizamos mais uma edição do Saúde no Trecho, no município de Vitória da Conquista. Ainda na região Sudoeste, apoiamos o Saúde na BR, ação realizada no município de Jequié. Durante as duas ações citadas, cerca de 300 pessoas tiveram acesso a atendimento multidisciplinar de saúde.

Reunindo todas as ações socioambientais da concessionária, somente no último ano, mais de 16 mil vidas foram impactadas e aproximadamente R\$ 57 mil foram investidos. Desde o início da concessão, mais de 59 mil pessoas já foram impactadas com um investimento acumulado de mais de um milhão de reais.

Pensando no desenvolvimento da Bahia, especialmente o dos municípios lindeiros às nossas rodovias, no último ano, iniciamos o projeto Via Turismo, por meio do qual a VIABAHIA incentiva e divulga eventos e o turismo da região, ajudando a ampliar a cultura e a economia das cidades baianas.

Foram renovadas as certificações ISO 39001, nosso selo de qualidade na preservação de vidas e redução de acidentes de trânsito; ISO 14001, com diretrizes para o sistema de gestão ambiental; e a ISO 45001, referente à Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional – um reconhecimento do compromisso da VIABAHIA com a segurança e a vida dos mais de 600 colaboradores que trabalham em prol das nossas rodovias. Ainda sobre o comprometimento da concessionária com os seus colaboradores e o desenvolvimento profissional deles, só em 2023 promovemos treinamentos que somam cerca de mil horas de atividades.

No último ano, tivemos a honra de implementar o programa Troco Solidário, a iniciativa busca arrecadar fundos para as Obras Sociais Irmã Dulce (OSID), por meio do troco doado pelos condutores que passam por uma das sete praças de pedágio da VIABAHIA. Somente nos dois primeiros meses, o projeto arrecadou mais de R\$127,2 mil.

Isso atesta que as nossas ações não se limitam apenas à gestão operacional, mas também se estendem ao compromisso com a comunidade e ao apoio aos municípios. Nesse sentido, foram repassados mais de R\$25,7 milhões somente em 2023 através do Imposto Sobre Serviço (ISS). Desde o início da concessão, já são mais de R\$ 276,7 milhões em ISS. A destinação dos recursos é de responsabilidade de cada administração local, que pode ser aplicado em saúde, educação ou segurança pública.

Em 2023, foram implantadas cerca de 127 mil m² de sinalização horizontal e mais de 11 mil m² em sinalização vertical. Com o comprometimento de todos foi possível realizar mais de 3 mil atendimentos médicos e quase 43 mil atendimentos mecânicos. De abril de 2010 a dezembro de 2023, nossas equipes atenderam a mais de 1 milhão de ocorrências. Agradecemos a dedicação e o empenho de todos os colaboradores, fornecedores e parceiros que tornaram possível mais um ano de realizações e sucesso.

Permanecemos firmes em nossa missão de garantir a segurança e a qualidade das rodovias sob nossa responsabilidade, sempre em busca da excelência e da contribuição para o desenvolvimento regional. Nossa expectativa é de que 2024 seja um ano de virada, com um novo cenário para nosso contrato de concessão e muito trabalho ao longo das rodovias que administramos.

Desejo a todos uma boa leitura.

Atenciosamente,

José Bartolomeu

Presidente da VIABAHIA Concessionária de Rodovias S.A

1.3 Introdução

A VIABAHIA Concessionária de Rodovias S/A foi constituída em 11 de maio de 2009, após o Consórcio RODOBAHIA ter logrado êxito no leilão referente ao Edital nº 001/2008, promovido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Como sociedade de propósito específico (SPE), a VIABAHIA tem como objetivo exclusivo a atividade de exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do sistema rodoviário (descrito na tabela abaixo), pelo prazo de 25 anos, obtendo remuneração mediante cobrança de Tarifa de Pedágio e outras fontes de receitas de acordo com os termos definidos no Contrato de Concessão.

Rodovia	Referência de Início do Trecho Concedido	Referência de Fim do Trecho Concedido	Extensão
Rodovia Santos Dumont / BR-116/BA	Limite do Município de Feira de Santana/BA	Divisa estadual BA/MG	554,1km
Rodovia Eng. Vasco Filho / BR-324/BA	Limite do Município de Salvador/BA	Limite do Município de Feira de Santana/BA	113,2km
BA-526	Entrada BR-324	Entrada BA-528	9,3km
BA-528	Entrada BA-526	Acesso à Base Naval de Aratu	4,0km

Os referidos trechos foram efetivamente concedidos a partir de 20 de outubro de 2009 mediante assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência, a partir do qual o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) transfere o sistema rodoviário e o inventário da rodovia à Concessionária.

Em 2015, iniciaram-se as negociações entre o Grupo Isolux Corsán, acionista majoritária da Companhia à época, e a PSP Investments, um dos maiores fundos de pensão do Canadá, pela aquisição do braço responsável pelo desenvolvimento e gestão de projetos de concessão rodoviária com presença geográfica em 5 países, ao qual a VIABAHIA pertencia. No mesmo ano, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovaram formalmente a transferência do controle acionário indireto na Companhia, fazendo com que os 80,8% pertencentes à Isolux fossem transferidas para o controle da PSP. Em 21 de janeiro de 2016, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) anuiu proposta de alteração societária, vindo a ser concretizada em 29 de abril de 2016, com a constituição da ROADIS Transportation, veículo de investimentos em ativos de concessão rodoviária e ferroviária, o qual é integralmente controlado pela PSP Investments.

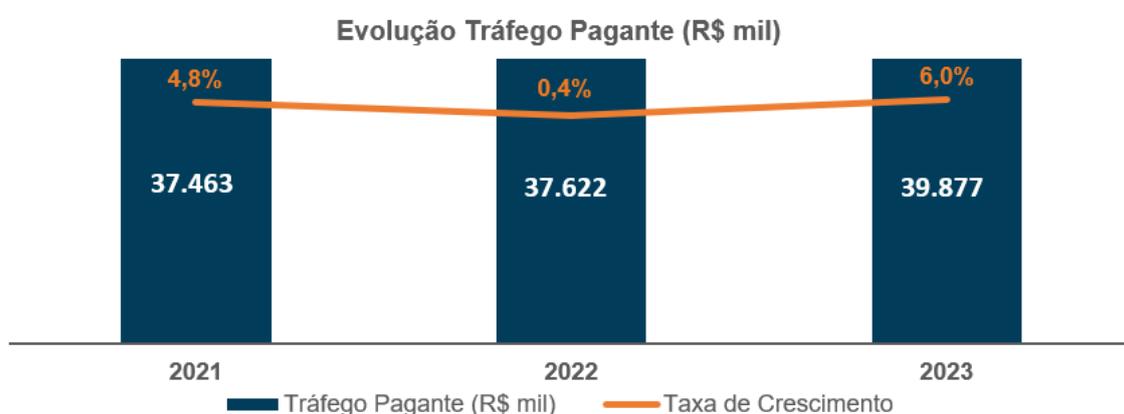
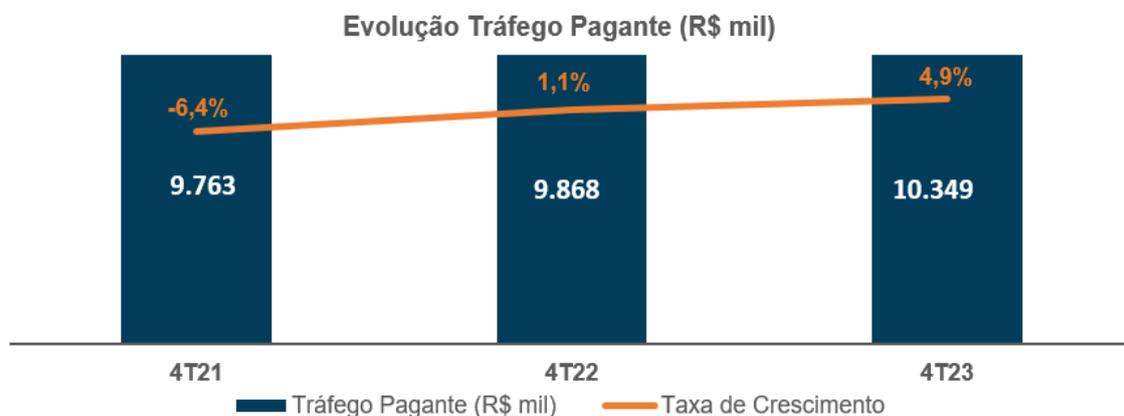
No mês de abril de 2020, foi celebrado o contrato de compra e venda de ações e outras avenças entre os grupos ROADIS e ENGEVIX, através do qual 100% do capital social da VIABAHIA passou a ser detido pelo Grupo ROADIS.

2. Receita e Mercado

As tarifas de pedágio cobradas pela VIABAHIA Concessionária de Rodovias S/A são definidas pelo contrato de concessão, observando a variação do IPCA e o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. A Concessionária encerrou 2023 cobrando as tarifas de R\$ 3,50 e R\$ 6,10 respectivamente nas BR-324 e BR-116.

Foi publicada no Diário Oficial da União em 26 dezembro de 2023, a Deliberação nº 450/2023 da Diretoria Colegiada da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), de 25 de julho deste ano, aumentado a tarifa de pedágio de R\$ 5,90 para R\$ 6,10, na BR 116 e de R\$ 3,30 para R\$ 3,50 na BR 324 o reajuste reflete a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período em conformidade com o Contrato de Concessão.

Com relação ao volume de tráfego nas rodovias, a Companhia tem acompanhado diariamente a movimentação do tráfego de veículos nas sete praças de pedágios nas rodovias que administra. No 4T23, registrou-se 10,3 milhões de veículos pagantes contra 9,8 milhões em comparação ao 4T22, uma melhora de 4,9% devido ao aumento de tráfego de veículos leves e pesados impulsionado pela atividade econômica. Já para o ano 2023, registrou-se 39,8 milhões de veículos pagantes contra 37,6 milhões registrado em 2022, um aumento de 6,0% dos veículos pagantes.

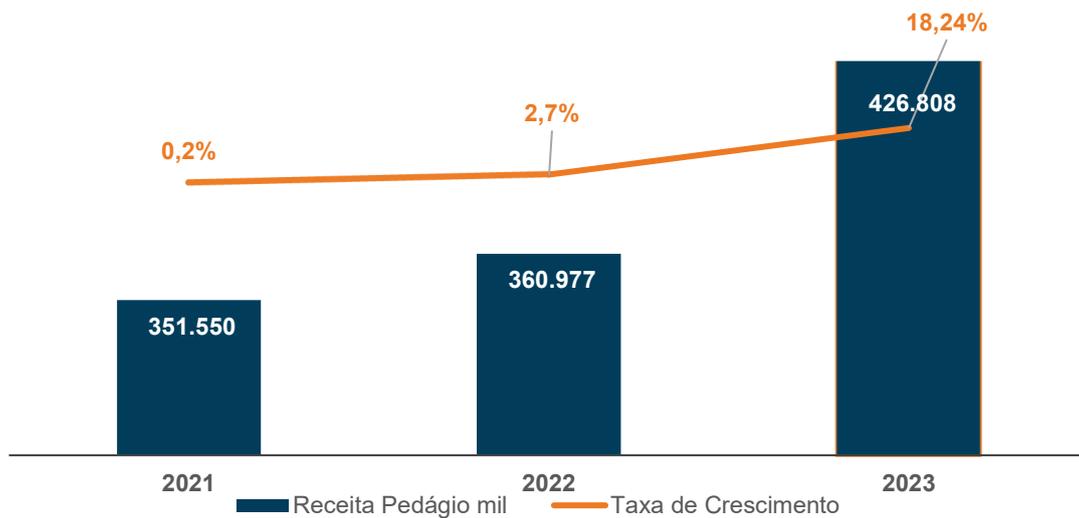


Composição do Tráfego Pagante 2023



A arrecadação de pedágio em 2023 somou R\$ 426,8 milhões contra R\$ 360,9 de 2022 um aumento de 18,24%, decorrente do aumento da tarifa de pedágio e do tráfego de veículos leves e pesados.

Evolução Faturamento



3. Investimentos

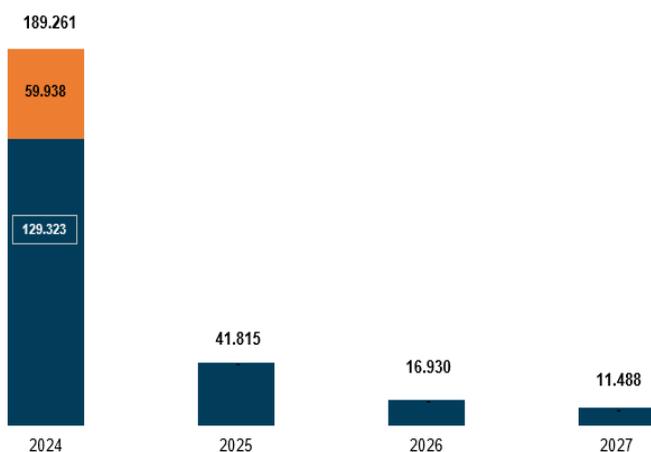
A Companhia encontra-se no 14º ano do seu contrato de concessão com a Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT e, apesar da ausência de desembolso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e queda da economia dos últimos anos, vem realizando investimentos em trabalhos de recuperação do pavimento, recapeamento, renovação e instalação de sinalizações, desenvolvendo projetos de ampliação e melhorias operacionais assim como obras de duplicação obrigatórias, construção de passarelas, terraplenos, estruturas de contenção e implantação de fibra óptica, em 681 km da rodovia. O total de investimentos realizados até dezembro de 2023 foi de R\$ 2.137.009, distribuído em obras de recuperação, pavimentação, iluminação, obras de artes especiais e corrente, terraplenos, estrutura de contenção, canteiro central e faixa de domínio, elementos de proteção e segurança, e em obras de duplicação na rodovia.

3.1 Captação de Recursos

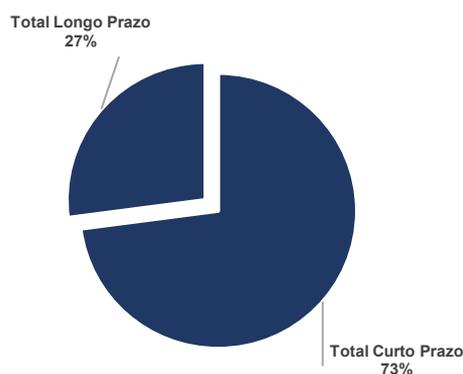
A Administração da Companhia monitora o capital com base no seu nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimos assinados. Atual estrutura de financiamento pode ser demonstrada com os seguintes quadros abaixo:

Banco	Taxas de Juros	Saldo em Dez 2023
BNDES	TJLP + 2,16%	201.877
HAITONG	TJLP + 5,20%	16.072
Votorantim	TJLP + 5,55%	15.844
ABC Brasil	TJLP + 5,30%	10.752
Outros	TX 1,6% a 1,8% a.m.	14.909
Total Saldo Dívida Financeira		259.494

Cronograma de Pagamento da Dívida sem Encargos (R\$ mil)

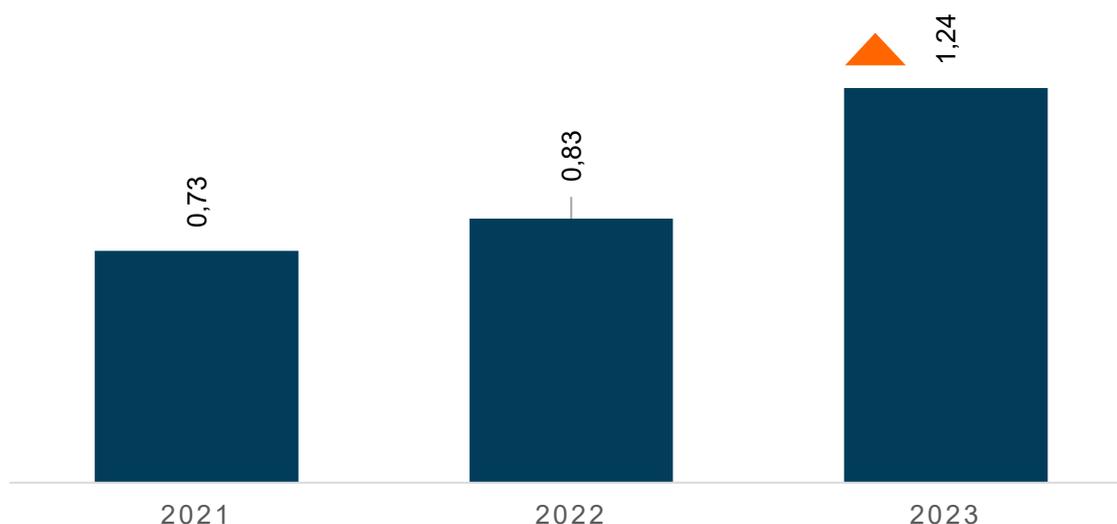


Perfil da Dívida 2023 - (R\$ mil)



* Em 22 de abril de 2020, a Companhia celebrou o 4º aditivo com o BNDES, por meio do qual foi acordado a criação do Subcredito “E1” com os valores das parcelas suspensas e não pagas do “Standstill” no valor R\$ 56,7 milhões para liquidação em maio 2023. Em 24 de abril de 2023, a Companhia celebrou o 6º aditivo com o BNDES, por meio do qual foi acordada a postergação por 12 (doze) meses do Subcredito “E1”, que serão liquidadas em parcela única em maio de 2024. Em janeiro de 2024, iniciaram as tratativas com o BNDES, para postergação por mais 12 (doze) meses do Subcredito “E1” dos valores das parcelas suspensas e não pagas do “Standstill no montante de R\$ 59,9 milhões.

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida



O indicador acima demonstra a capacidade de pagamento do financiamento contratado pela VIABAHIA. O índice em 2022 foi de 0,83x comparado a 1,24x de 2023. A melhora no indicador é decorrente do aumento das receitas operacionais.

A Administração mantém-se próxima ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para, no momento do reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, avançar com a revisão dos termos e condições do contrato de financiamento aprovado em 21 de novembro de 2012, ajustando a liberação de recursos para a retomada de investimentos de grande porte.

Do montante total de R\$ 1.369,3 milhões, R\$ 847,2 milhões foram efetivamente desembolsados, dos quais 71,4% já foram amortizados. Destaca-se a suspensão temporária dos desembolsos em meados de 2016, desde quando nenhum recurso adicional foi levantado junto ao Banco.

4. Valor Adicionado

Em 2023, o valor adicionado líquido gerado pela Concessionária foi de R\$ 132,0 milhões, representando 28,0% da Receita Operacional Bruta, o que representa um aumento de 100,5% em relação ao valor adicionado líquido de 2022, equivalente a R\$ 65,8 milhões representado por 33,0% da Receita Operacional Bruta daquele exercício.

4.1 Política de Distribuição de Dividendos

Aos acionistas está garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente. No exercício de 2023, foi apurado prejuízo no montante de R\$ 0,48 milhões e não haverá distribuição de dividendos.

5. Planejamento Empresarial

A Administração dispenderá esforços e recursos na realização de intervenções necessárias a fim de oferecer mais segurança e conforto aos usuários das rodovias dentro da respectiva capacidade financeira atual. Simultaneamente, parte da atenção do time estará focalizada junto ao processo arbitral instaurado junto da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC) frente à ANTT. O objetivo do processo arbitral é de aprimorar o contrato de concessão e reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, que quando reestabelecido permitirá intensificar a frequência e intensidade das intervenções, além da realização de outros investimentos solicitados pelos usuários e comunidades. A expectativa é que o processo arbitral seja concluído em 2025.

Busca-se constantemente incrementar o resultado operacional através da contínua busca por ganhos na eficiência operacional, fortemente relacionada com redução dos custos de operação e manutenção da rodovia.

5.1 Gestão pela Qualidade Total

Atualmente, a VIABAHIA acumula 04 certificações internacionais: ISO 9001, de Gestão da Qualidade; ISO 14001, de Gestão Ambiental; ISO 45001, de Gestão da Saúde e Segurança Ocupacional; e ISO 39001, de Gestão de Segurança Viária – todas renovadas em 2023.

A Companhia utiliza o Sistema de Gestão Integrado (SGI), com o objetivo de garantir a qualidade da infraestrutura e dos serviços, buscando ser referência, no gerenciamento rodoviário do Nordeste, através da modernização das rodovias sob sua concessão, proteção do meio ambiente, adoção de padrões de qualidade, segurança e conforto que atendam aos interesses das partes relacionadas.

6. Recursos Humanos

A Gestão de Talentos Humanos tem como premissa desenvolver e promover o desempenho eficiente do seu quadro de colaboradores, de modo que através da nossa empresa, às pessoas alcancem os seus objetivos individuais, relacionados direta ou indiretamente com o trabalho. O desejo é que os colaboradores estejam realizados e satisfeitos no desenvolvimento das respectivas atividades, ao mesmo tempo que almejem evolução e crescimento profissional na organização, buscando o alinhamento de futuro de cada integrante ao futuro da empresa. Os principais valores são o respeito, a valorização e o reconhecimento das pessoas, assegurando a produtividade em níveis crescentes, mantendo um ambiente de trabalho que valorize a competência e estimule o autodesenvolvimento, atendendo os anseios do colaborador quanto à segurança e a preservação da saúde no ambiente de trabalho. As pessoas são vistas como elementos importantes e estratégicos para a manutenção e crescimento da organização, nos quais investe-se na retenção dos talentos, pautando-se por princípios éticos e legais.

A Companhia trabalha continua e ativamente no desenvolvimento dos seus colaboradores. Em continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, no ano de 2023, ocorreram diversos treinamentos, conforme quantitativos abaixo:

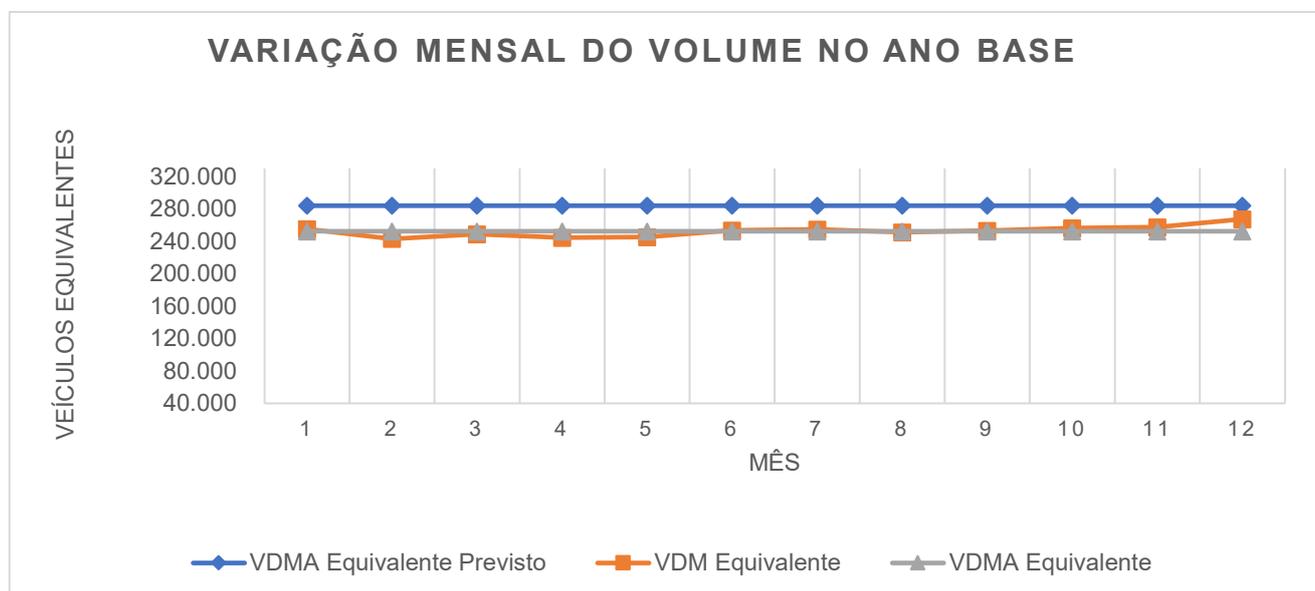
Treinamentos em Números	2021	2022	2023
Turmas	23	82	36
Horas de Treinamento	3.512	1.670	1.000
Participações	317	505	380
Horas Por Trabalhador	11,08	3,31	2,63

7. Indicadores Operacionais

Como já informado a Companhia utiliza o Sistema de Gestão Integrado (SGI), com o objetivo de garantir o compromisso da concessionária com a qualidade da infraestrutura e dos serviços, buscando ser referência, no gerenciamento rodoviário do Nordeste, através da modernização das rodovias sob sua concessão, proteção do meio ambiente, adoção de padrões de qualidade, segurança e conforto aos usuários. Destacamos que ao longo dos trechos concessionados, existem quinze bases de Serviço de Atendimento ao Usuários (SAUs), equipadas com banheiros adaptados a portadores de necessidades especiais, de onde o usuário pode solicitar atendimento médico e mecânico de emergência havendo necessidade. Nosso time de operações permanece disponível 24 horas por dia para prestar todo tipo de apoio operacional que o usuário venha a necessitar, contando com a mais completa lista de equipamentos, que contam com guinchos leves, guinchos pesados, unidades de atendimento pré-hospitalar, unidades de apoio paramédico, caminhões de combate a incêndio, veículos especiais para captura que prestam apoio na remoção de animais ao longo de toda a rodovia.

7.1 Caracterização do Tráfego

A Companhia apresenta no quadro abaixo o volume diário médio equivalente por mês de 2023, VDM (volume diário médio) e VDMA (volume diário médio anualizado), respectivamente, assim como o volume diário médio equivalente previsto no Plano de Negócio.



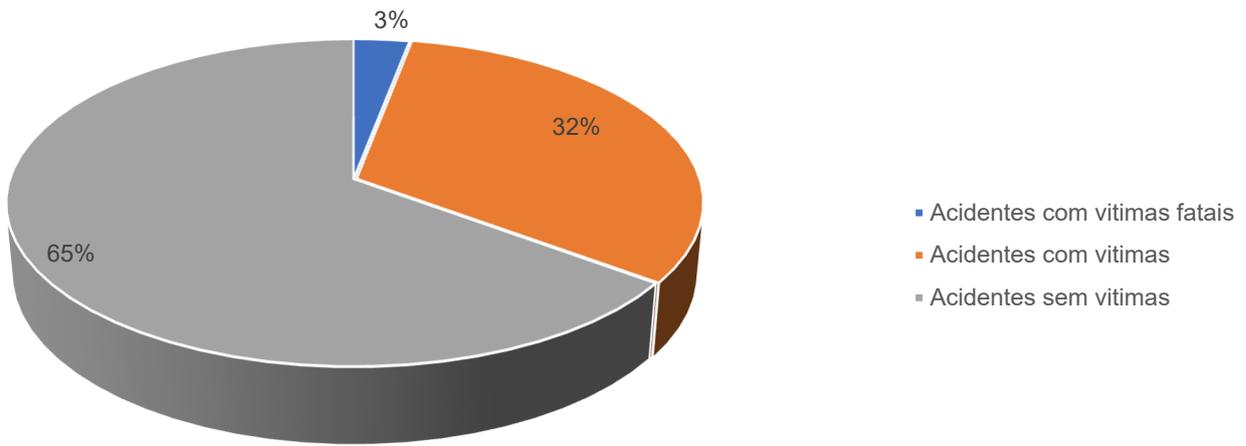
7.2 Segurança no Trânsito

No exercício de 2023, foram registrados 3.067, acidentes ao longo da rodovia:

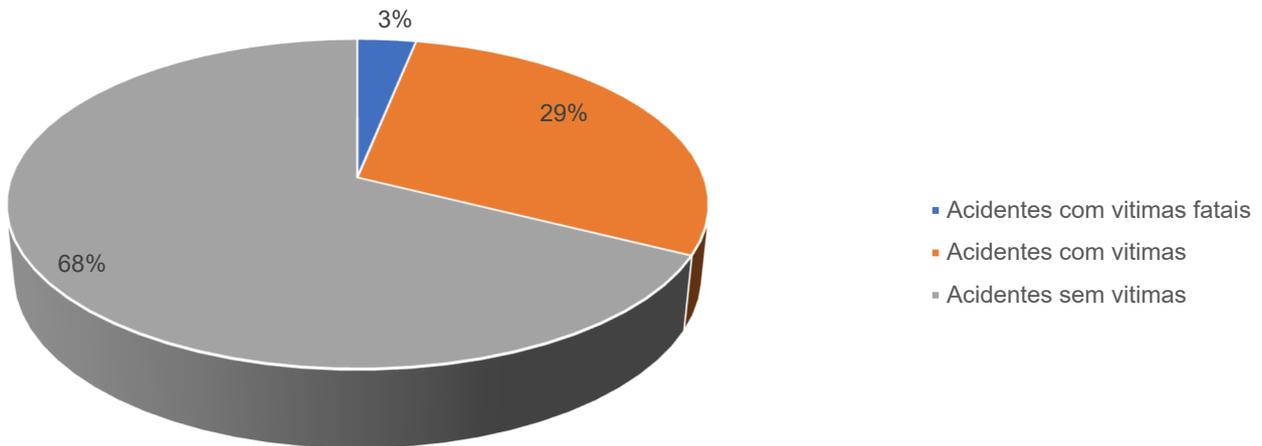
Gravidade de Acidentes	2022	2023
Acidentes com vítimas fatais	89	91
Acidentes com vítimas	827	987
Acidentes sem vítimas	1.907	1.989
Total de Acidentes	2.823	3.067

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidades de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

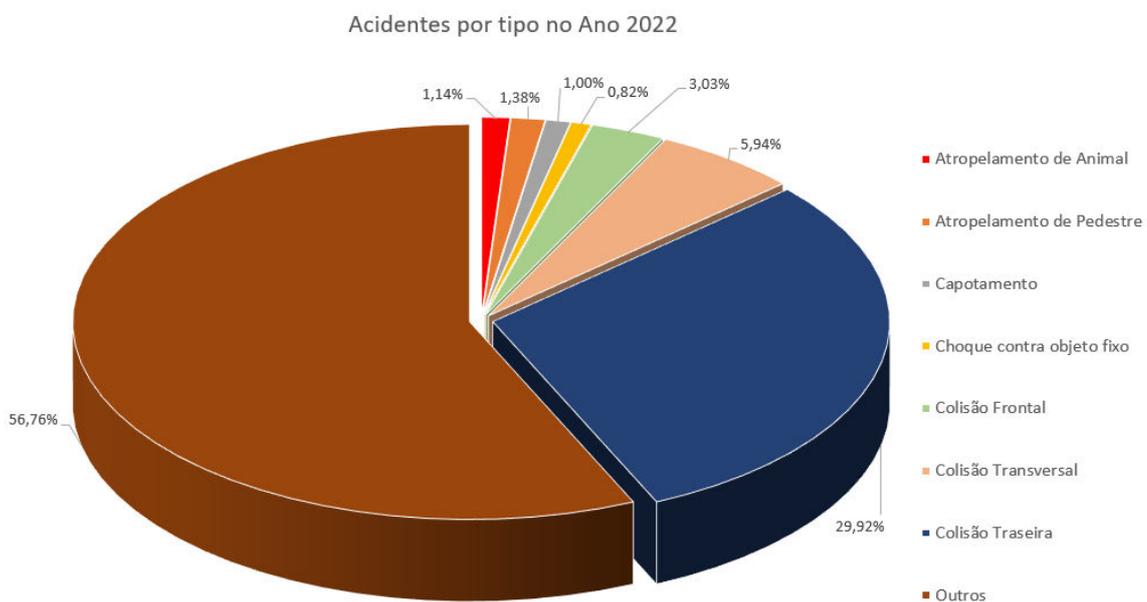
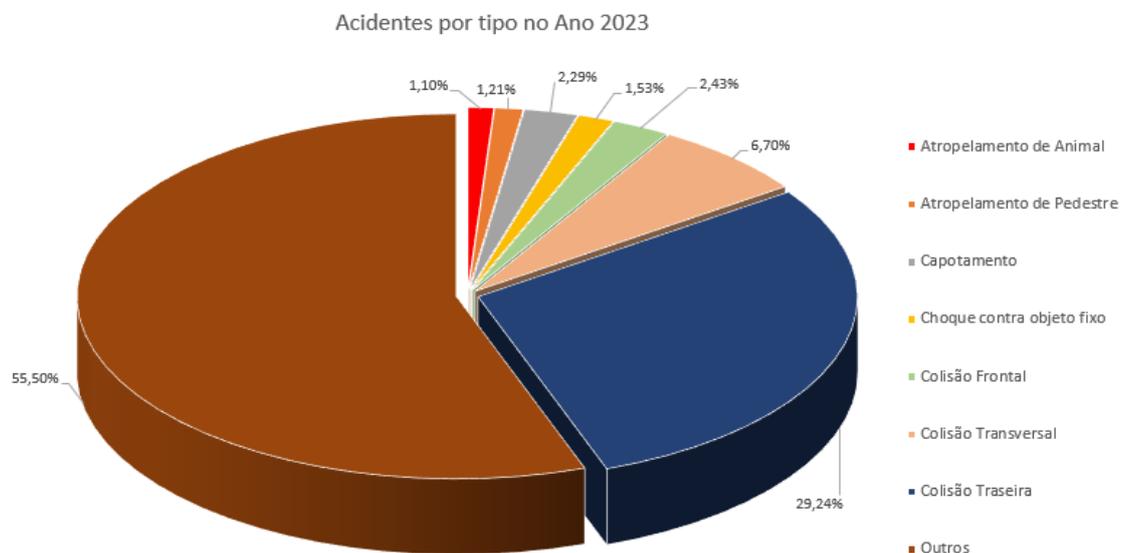
Percentual de acidentes por gravidade no Ano 2023



Percentual de acidentes por gravidade no Ano 2022



A figura abaixo apresenta o valor do percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.



8. Dados da Operação da Concessão

8.1 Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre as Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Veículos alocados na concessão

Tipo de Veículos	Quantidade	Quant/100km
Guincho Leve	12	1,76
Guincho Pesado	5	0,73
Veículo de Combate Incêndio	3	0,44
Veículo de Captura de Animal	3	0,44
Ambulância	15	2,20
Viatura de Inspeção de Tráfego	25	3,67
Total de Veículos Operacionais	63	9,26
Segurança do Trabalho	3	0,44
Faixa de Domínio	5	0,73
Administração	24	3,53
Pedágio	3	0,44
Manutenção	13	1,91
Caminhão	2	0,29
Conservação	12	1,76
Total de Veículos de Apoio	62	9,11
Total de Veículos	125	18,37

9. Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Empregados alocados na Concessão

Empregados por função	Quantidade	Quant/100km
Médico *	7	0,55
Enfermeiro *	4	0,31
Resgatista *	126	9,87
Guincho Leve *	44	3,45
Guincho Pesado *	19	1,49
Veículo Combate Incêndio*	12	0,94
Captura de Animal *	12	0,94
Controlador Tráfego	11	0,86
Inspetor de Tráfego	63	4,93
Assistente Tráfego	1	0,08
Coordenador de Tráfego	1	0,08
Supervisor de Tráfego	1	0,08
Gerencia de operações	2	0,16
Analista de operações	2	0,16
Técnico Operacional	27	2,11
Auxiliar CCO	21	1,64
Operador CCO	9	0,70
Supervisor Fax Dominio	1	0,08
Coordenador FX Dominio	1	0,08
Analista Fax Dominio	1	0,08
Assistente Fax Dominio	3	0,23
Auxiliar Fax Dominio	1	0,08
Conservação	23	1,80
Total de Pessoal Operacional	392	30,71
Coordenador de Pedágio	3	0,23
Controlador de Pedágio	29	2,27
Arrecadador	316	24,75
Assistente de Pedágio	1	0,08
Total de Pessoal Pedágio	349	27,34
Total de Pessoal	741	58,04

* Funcionários Terceirizados

10. Aspectos Financeiros

O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere a renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados. Individualizar por natureza de receita.

10.1 Receitas em (R\$ milhares)

	Em 2023	Acumulado
Receita de Pedágio	426.808	3.825.985
Receita Extraordinária	4.986	36.419
Receita de Construção	38.647	2.216.234
	470.441	6.078.638

10.2 Investimentos em (R\$ milhares)

	Em 2023	Acumulado
Recuperação da Rodovia	31.076	1.172.739
Operação da Rodovia	5.163	129.864
Ampliação da Rodovia	1.650	834.406
	37.889	2.137.009

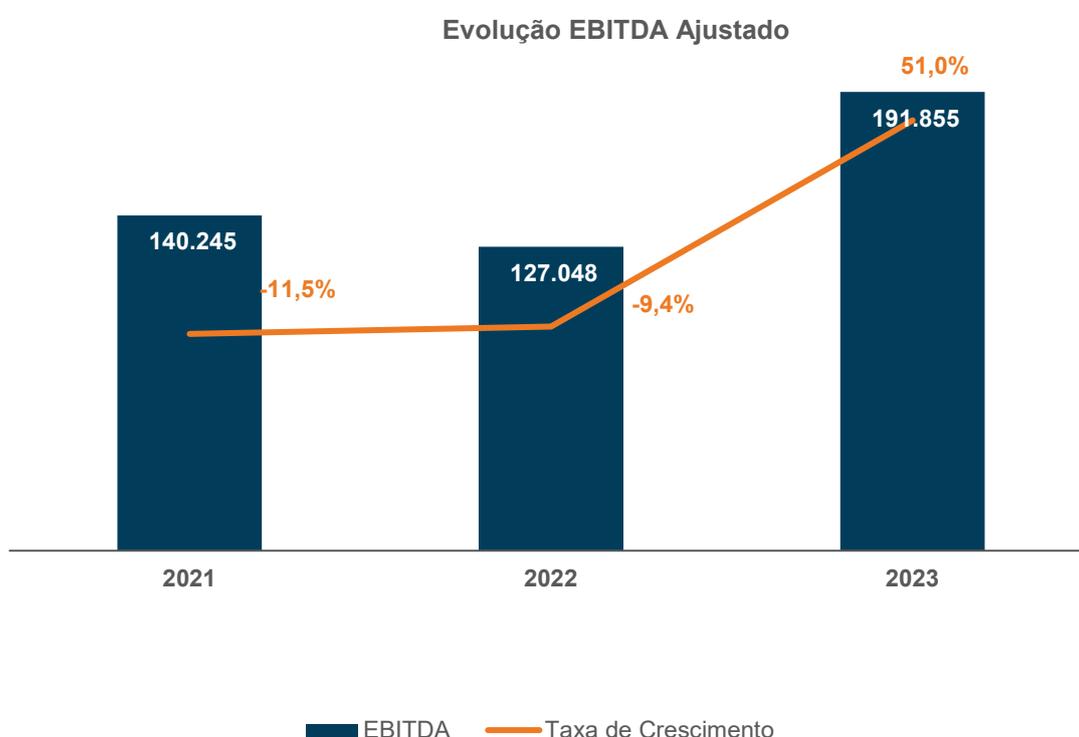
10.3 Custos Operacionais (R\$ milhares)

	Em 2023	Acumulado
Conservação da Rodovia	54.256	439.798
Provisão para Manutenção	4.305	20.587
Operação da Rodovia	95.793	908.484
Monitoração da Rodovia	1.109	13.932
Custo de Construção	37.889	2.137.009
Depreciação e amortização	151.870	1.194.394
	345.222	4.714.204

10.4 Desempenho Econômico-Financeiro

Demonstrativo de Resultado (R\$ mil)	2021	2022	2023	Var% 23/22
Receita Operacional Bruta Incluindo a Receita de Construção (IFRS)	502.747	399.691	470.441	17,70%
Receita Operacional Bruta excluindo a Receita de Construção (IFRS)	354.983	366.278	431.794	17,89%
- Receitas com Pedágio	351.550	360.977	426.808	18,24%
- Receitas Acessórias	3.433	5.301	4.986	-5,94%
- Receita de Construção (IFRS)	147.764	33.413	38.647	15,66%
Tributos sobre serviços da Operação	(30.949)	(31.713)	(37.383)	17,88%
Receita Operacional Líquida excluindo a Receita de Construção (IFRS)	324.034	334.565	394.411	17,89%
(+) Receita de Construção (IFRS)	147.764	33.413	38.647	15,66%
Receita Operacional Líquida incluindo a Receita de Construção (IFRS)	471.798	367.978	433.058	17,69%
Custos Operacionais	(425.085)	(335.023)	(345.222)	3,04%
- Custos de Manutenção	(50.542)	(52.083)	(54.256)	4,17%
- Provisão de Manutenção	(2.131)	(6.932)	(4.305)	-37,90%
- Custos de Operação	(81.663)	(90.819)	(95.793)	5,48%
- Custos de Monitoração	(644)	(1.158)	(1.109)	-4,23%
- Custo de Construção (IFRS)	(144.866)	(32.758)	(37.889)	15,66%
- Depreciação e Amortização	(145.239)	(151.273)	(151.870)	0,39%
Lucro Bruto	46.713	32.955	87.836	>100%
- Despesas Administrativas e Outras	(51.767)	(56.754)	(50.644)	-10,77%
- Depreciação e Amortização	(1.042)	(1.000)	(886)	-11,40%
EBIT	(6.096)	(24.799)	36.306	->100%
(+) Depreciação e Amortização	146.281	152.273	152.756	0,32%
EBITDA	140.185	127.474	189.062	48,31%
Ajustes	60	(426)	2.793	->100%
- Receita de Construção (IFRS)	(147.764)	(33.413)	(38.647)	15,66%
- Custo de Construção (IFRS)	144.866	32.758	37.889	15,66%
- Provisão de Manutenção	2.131	6.932	4.305	-37,90%
- Provisão Contingências	827	(6.703)	(754)	-88,75%
Valor EBITDA ajustado	140.245	127.048	191.855	51,01%
<i>Margem do EBITDA ajustado</i>	43,3%	38,0%	48,6%	28,10%
Resultado Financeiro Líquido	(65.857)	(65.809)	(55.489)	-15,68%
Prejuízo Antes do IR e CS	(71.953)	(90.608)	(19.183)	-78,83%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido e Corrente	21.056	20.262	18.696	-7,73%
Prejuízo do exercício	(50.897)	(70.346)	(487)	-99,31%

- I. 18,2 % de aumento da Receita Bruta de Pedágio no ano 2023 comparada ao montante registrado em 2022, decorrente do aumento do tráfego e da receita de pedágio.
- II. Custo operacional apresentou um aumento de 3% frente aos valores de 2022, impactado principalmente por manutenção e conservação. Já com relação as despesas Administrativas apresentaram uma redução de 11% em relação a 2022.
- III. Com a conclusão do processo que visa reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, seguida pela retomada de investimentos de maior magnitude, será possível otimizar os gastos com recuperação de pavimento num fator de 35% a 45%.
- IV. Resultado operacional acumulado em 2023 superior em 51,0% frente aos valores de 2022, impactado pelo aumento do tráfego e da receita de pedágio.
- V. Resultado financeiro dentro do esperado, considerando-se despesas financeiras R\$ 60,7 milhões, derivada do financiamento do ativo, descontando-se R\$ 5,2 milhões de juros recebidos de aplicação financeiras.



Informações de Balanço (R\$ mil)	2021	2022	2023
a. Patrimônio Líquido	640.778	659.325	658.838
b. Ativo Total	2.071.323	1.949.311	1.860.646
c. Número de ações	635.121	828.812	828.812
d. Valor patrimonial da ação	1,01	0,80	0,79
e. Média ponderada de ações	635.121	828.812	828.812
f. Resultado líquido por ação (média ponderada)	(0,07)	(0,08)	(0,001)

10.5 ISS Repassados em (R\$ milhares)

Além de melhorar as condições das rodovias sob sua administração, a VIABAHIA Concessionária de Rodovias S.A. também contribui para o desenvolvimento dos municípios que margeiam as rodovias BR-324 – rodovia Eng. Vasco Filho e BR-116 – rodovia Santos Dumont.

Desde o início da concessão, foram repassados mais de R\$ 276,7 milhões em Imposto Sobre Serviço (ISS). A destinação dos recursos é de responsabilidade de cada administração local, que pode ser aplicado em saúde, educação ou segurança pública.

A tabela mostra o valor do ISS (próprios e de terceiros) repassados para os 27 municípios no ano base.

Município	Em 2023	Acumulado
Amélia Rodrigues	1.328	14.440
Antônio Cardoso	398	5.985
Boa Nova	506	5.391
Brejões	636	5.588
Candeias	950	10.409
Cândido Sales	830	7.896
Conceição do Jacuípe	183	2.072
Encruzilhada	707	6.924
Feira de Santana	2.536	28.996
Irajuba	622	6.615
Itatim	846	8.255
Jaguaquara	1.215	13.158
Jequié	1.640	16.907
Lafaiete Coutinho	39	401
Manoel Vitorino	655	6.377
Milagres	492	4.840
Nova Itarana	716	7.083
Planalto	659	7.108
Poções	784	7.853
Rafael Jambeiro	613	7.762
Salvador	1.629	18.507
Santa Terezinha	542	5.362
Santo Amaro	188	2.116
Santo Estevão	822	13.086
São Sebastião do Passé	972	9.940
Simões Filho	1.366	18.154
Vitória da Conquista	3.863	35.533
TOTAL	25.737	276.756

10.6 Tarifa de Pedágio

A tabela a seguir apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Período: dezembro 2023

Categoria	Tipo de Veículo	BR-116	BR-324
1	01 – Automóvel, caminhonete e furgão	R\$ 6,10	R\$ 3,50
2	02 – Caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão com rodagem dupla	R\$ 12,20	R\$ 7,00
3	03 – Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e ônibus	R\$ 18,30	R\$ 10,50
4	04 – Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	R\$ 24,40	R\$ 14,00
5	05 – Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	R\$ 30,50	R\$ 17,50
6	06 – Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	R\$ 36,60	R\$ 21,00
7	07 – Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	R\$ 42,70	R\$ 24,50
8	08 – Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	R\$ 48,80	R\$ 28,00
9	09 – Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	R\$ 54,90	R\$ 31,50
10	10 – Automóvel com semirreboque e caminhonete com semirreboque	R\$ 9,15	R\$ 5,25
11	11 – Automóvel com reboque e caminhonete com reboque	R\$ 12,20	R\$ 7,00
12	12 – Motocicletas, motonetas e bicicletas moto	R\$ 3,05	R\$ 1,75

11. Concessionária em números

Dados anuais 2023	Descrição	U.M
Quilômetros de rodovia	680,6	Km
Número de veículos que transitaram		
+ Veículos Leves	25.309.367	Unid.
+ Veículos Pesados	15.278.870	Unid.
+ Motos	892.483	Unid.
Números de Praças de Pedágios	7	Unid.
Tarifa	Vide item 10.5	
Número de quilômetros mantidos	680,6	Km
Índice de congestionamento	Por velocidade média dos veículos	
Trânsito Médio Diário Equivalente	113.622	Unid.
Trânsito Médio Diário Anual Equivalente	113.622	Unid.
Equipes utilizadas pelo concessionário	Vide item 9.0	
Índices de qualidade de estrada	Valor de Resistencia a Derrapagem (VRD)	
	Deflexão Características (DC)	
	Flecha na Trilha de roda	
	Índice de Condição de Pavimento (ICP)	
	Índice de Gravidade Global (IGG)	
	Índice de Irregularidade Longitudinal (IRI)	
	Índice de Retrorrefletância	
	Macrotextura	
Trincamento (TR)		
Receita de Pedágio e acessória	432	Milhões
Custos associados às receitas de pedágio	193	Milhões
Fator Trabalho		
Número de trabalhadores	633	Pessoas
Despesa com Pessoal		
+ Ordenados e Salários	39	Milhões
+ Encargos Sociais	9	Milhões
Fator Capital		
Despesas de Depreciação	153	Milhões
Ativo Líquido	1.612	Milhões
Ativo Bruto	2.803	Milhões
Investimentos	38	Milhões
Fatores Intermediários		
Despesa Administrativas	51	Milhões
Despesas em Conservação Manutenção	59	Milhões
Outras Despesas	-	Milhões
Seguridade		
Quantidade de Acidentes	Vide item 7.2	
Indicadores		
Receita por km	634	Mil
Custo por km	284	Mil

12. Balanço Social

VIABAHIA Concessionária de Rodovias S/A

BALANÇO SOCIAL 2023

(Em milhares de reais)

1) BASE DE CÁLCULO	2023	2022
1.1 Receita Operacional Líquida (ROL)	433.058	367.978
1.2 Resultado Operacional (RO)	87.836	32.955
1.3 Folha de Pagamento Bruto (FPB)	26.927	26.912

2) INDICADORES SOCIAL INTERNOS	VALOR (R\$)	% FPB	% ROL	VALOR (R\$)	% FPB	% RL
2.1 Alimentação	3.699	13,74%	0,85%	3.394	12,61%	0,92%
2.2 Encargos Sociais	8.645	32,11%	2,00%	8.270	30,73%	2,25%
2.3 Saúde	3.956	14,69%	0,91%	3.697	13,74%	1,00%
2.4 Segurança e medicina do trabalho	111	0,41%	0,03%	145	0,54%	0,04%
2.5 Educação e Desenvolvimento Profissional	400	1,49%	0,09%	312	1,16%	0,08%
2.6 Outros benefícios	3.604	13,38%	0,83%	2.866	10,65%	0,78%
Total de Indicadores sociais internos	20.415	75,82%	4,71%	18.685	69,43%	5,07%

3) INDICADORES SOCIAL EXTERNOS	VALOR (R\$)	% FPB	% ROL	VALOR (R\$)	% FPB	% RL
3.1 Educação	61	0,23%	0,01%	105	0,39%	0,03%
3.2 Saúde e saneamento	17	0,06%	0,00%	223	0,83%	0,06%
3.3 Outros	441	1,64%	0,10%	98	0,37%	0,03%
3.4 Tributos (excluídos encargos sociais)	20.562	76,36%	4,75%	15.722	58,42%	4,27%
Total de Indicadores sociais externos	21.081	78,29%	4,86%	16.148	60,01%	4,39%

4) INDICADORES AMBIENTAIS	VALOR (R\$)	% FPB	% ROL	VALOR (R\$)	% FPB	% RL
4.1 Investimentos relacionados com a operação da Concessionária	106	0,39%	0,02%	18	0,07%	0,00%
Total de Investimentos em meio ambiente	106	0,39%	0,02%	18	0,07%	0,00%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar e eficácia na utilização de recursos, a Concessionária			(X) Não Possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50% a 75% () Cumpre de 75% a 100%			(X) Não Possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50% a 75% () Cumpre de 75% a 100%

5) INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2023	2022
5.1. N° de funcionários ao final do período	633	595
Tempo de serviço	10,58% até seis meses 3,16% de seis meses a um ano 19,91% entre um e dois anos 17,38% entre dois e cinco anos 48,97 % mais de cinco anos	7,90% até seis meses 16,30% de seis meses a um ano 8,24% entre um e dois anos 17,31% entre dois e cinco anos 50,25 % mais de cinco anos
5.2 N° de admissões durante o período	115	104
5.3 N° de demissões durante o período	77	127
5.4 N° de colaboradores terceirizados	721	660
5.5 N° de estagiários	9	4
5.6 N° de colaboradores entre 18 e 25 anos	112	90
5.7 N° de colaboradores entre 25 e 45 anos	441	438
5.8 N° de colaboradores acima de 45 anos	80	67
5.9 N° de mulheres que trabalham na concessionária	287	279
5.10 % de chefia ocupados por mulheres	30,00%	26,67%
5.11 N° de negros que trabalham na concessionária	80	84
5.12 % de cargos de chefia ocupados por negros	19,00%	19,05%
5.13 N° de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	15	14
5.14 Total de horas extras pagas	1.076	1.075
5.15 Total de INSS pagos	6.699	6.533
5.16 Total de FGTS Pagos	1.853	1.737
5.17 Total de IR recolhido no período	-15.809	-14.899
5.18 Total de CSLL recolhido no período	-2.887	-5.364
5.19 Total de PIS recolhido no período	2.814	2.385
5.20 Total de COFINS recolhido no período	12.990	11.008
5.21 Total de outros tributos recolhidos no período	23.547	22.689

6) INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2023	2022
6.1 Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	28,03	32,22
6.2 Número total de Acidentes de trabalho	1	2
6.3 Ações de Relevante de Interesse Social	5	4
6.4 Projetos sociais e ambientais são definidos por	(X) Direção () Empregado(as) () Beneficiários () Direção, Empregado(as), Beneficiários	(X) Direção () Empregado(as) () Beneficiários () Direção, Empregado(as), Beneficiários
6.5 Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() Direção (X) Direção e Gerências () Todos os colaboradores	() Direção (X) Direção e Gerências () Todos os colaboradores
6.6 Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessionária	(X) Todos + CIPA () Não se envolve () Segue as normas da OIT () Incentiva as normas da OIT	(X) Todos + CIPA () Não se envolve () Segue as normas da OIT () Incentiva as normas da OIT
6.7 Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária	() Não são considerados () São sugeridos (X) São exigidos	() Não são considerados () São sugeridos (X) São exigidos
6.8 Na participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a Empresa	() Não se envolve (X) Apoia () Organiza e incentiva	() Não se envolve (X) Apoia () Organiza e incentiva
6.9 Valor adicionado total a distribuir (Valor milhares reais R\$)	132.089	65.873
6.10 Distribuição do Valor Adicionado (%)	20,64% Governo -0,37% Acionistas 48,96% Terceiros 30,77% Retido	33,78% Governo -106,79% Acionistas 113,1% Terceiros 59,30% Retido

13. Sustentabilidade

A missão da VIABAHIA é de administrar as rodovias com responsabilidade, contribuindo para o desenvolvimento do estado da Bahia, através da interação com pessoas e comunidades, com soma de valor para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

Queremos fazer parte da transição para um mundo empresarial mais sustentável e aproveitar as oportunidades de negócio que a gestão de aspectos ESG pode gerar, bem como as que possam surgir no mercado e estamos comprometidos em alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas.

Para que nossas iniciativas contribuam para o cumprimento da Agenda 2030, alinhamos nosso Plano de Sustentabilidade, que é apoiado em cinco vetores (cultura responsável; boa governança e cumprimento regulatório; profissionais comprometidos; cuidado com o meio ambiente e desenvolvimento das comunidades), com o ODS.

13.1. Desempenho Socioambiental

EDUCAÇÃO E CIDADANIA

- Via Profissionalizante

Em janeiro de 2023 ocorreu a formatura da primeira turma do projeto Via Profissionalizante que teve como objetivo capacitar 29 mulheres moradoras do município de Amélia Rodrigues. O Via Profissionalizante nasceu com o objetivo de formar banco de talentos e cadastro de reserva para futuras contratações da concessionária. A primeira turma, especificamente, foi criada com o objetivo de empoderar mulheres, capacitando-as e oferecendo oportunidades no mercado de trabalho. Para a formação do grupo, as alunas participaram de processo seletivo, com etapas desde a inscrição, análise técnica de currículo, prova e entrevista técnica.

Em 2023 foram incorporadas ao quadro de funcionários da VIABAHIA 28% das alunas formadas. A expectativa é que, conforme novas vagas forem abertas, todas as alunas sejam contratadas. As novas colaboradoras começam diretamente envolvidas na operação, ou seja, nas cabines de pedágio em Amélia Rodrigues.

- Maio Amarelo

A VIABAHIA iniciou mais uma edição da campanha do maio Amarelo. Seguindo o movimento nacional, este ano, a concessionária vai trabalhar a mensagem “No trânsito, escolha a vida”. Norteados nesse propósito, a Concessionária apoiou a Polícia Rodoviária Federal (PRF) em duas ações do movimento, sendo a primeira no município de Simões Filho/BA, onde representantes de órgãos como a PRF, Polícia Rodoviária Estadual e DETRAN estiveram presentes e debateram sobre questões importantes relacionadas à segurança viária. O segundo movimento, apoiou o Cinema Rodoviário que aconteceu na praça de pedágio de Simões Filho e que teve o objetivo de conscientizar os usuários das rodovias federais na assimilação de hábitos e atitudes responsáveis no trânsito. Durante a ação, quem circulava pela rodovia foi convidado a participar de uma sessão interativa, momento em que tiveram a oportunidade de assistir a um vídeo educativo, que alertava sobre temas como: direção defensiva, velocidade, uso do celular, álcool e ultrapassagens indevidas.

- Café na Passarela

Em agosto, em comemoração ao Dia Mundial do Pedestre, a concessionária promoveu uma ação especial para conscientizar a população acerca da importância da utilização das passarelas para uma travessia mais segura. A ação ocorreu no km 909 da BR- 116, em Cândido Sales/BA, um dos pontos de maior risco mapeados. A ação integra uma série de estratégias para o avanço da segurança viária, uma das prioridades da concessionária. A ação educativa realizada pela VIABAHIA contou com a parceria da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), e da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

- Semana Nacional de Trânsito

A Semana Nacional de Trânsito foi aberta no dia 18 de setembro, na Bahia, com uma cerimônia especial realizada no auditório da Sede da Polícia Rodoviária Federal (PRF), em Salvador. Com o apoio da VIABAHIA, o evento teve como foco a conscientização da sociedade sobre os cuidados imprescindíveis para a segurança viária e a preservação da vida. Com o tema “No trânsito, escolha a vida”, o movimento, previsto no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), ocorreu entre os dias 18 e 25 de setembro em todo o país, envolvendo governo e entidades públicas e privadas.

No dia 22 de setembro, mais de 150 caminhoneiros que passaram pelas imediações do posto da Polícia Rodoviária Federal em Jequié, no interior do estado, receberam atendimento odontológico, nutricional, psicológico, terapêutico e clínico geral. A ação, em celebração à Semana Nacional de Trânsito, integrou o projeto “Saúde na BR”, uma parceria entre a VIABAHIA, a PRF e a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). A 12ª edição da iniciativa, contou com consultas e orientações voltadas à saúde dos profissionais que percorrem a rodovia a trabalho, a VIABAHIA disponibilizou uma experiência com um “simulador de alcoolemia” (óculos que simulam efeitos da embriaguez).

MEIO AMBIENTE

- Via Ambiental

Em comemoração ao Dia Mundial da Água, celebrado em 22 de março, a VIABAHIA promoveu atividades com 230 crianças, entre 2 e 13 anos de idade, no Orfanato Evangélico em Feira de Santana/BA e no Centro Municipal de Educação Infantil Maria da Conceição Vieira em Salvador/BA. As crianças receberam o projeto “Via Ambiental”, que tem como objetivo levar conscientização socioambiental para escolas públicas e comunidades localizadas em municípios por onde passa a rodovia. A ação contou com atividades lúdicas de caráter educativo, considerando diversas temáticas ambientais.

No mês de abril, ocorreu a Semana da Caatinga, onde estudantes da rede pública de ensino de Rafael Jambeiro participaram de um concurso de poesia promovido pela VIABAHIA. A atividade recebeu a contribuição de cerca de 22 crianças do 9º ano e os três primeiros colocados foram premiados em cerimônia que ocorreu no Centro de Controle e Operações (CCO) da concessionária. A escolha do tema “Caatinga: (Re)conhecer para valorizar” para o concurso teve o objetivo de incentivar os alunos a refletirem sobre a importância do bioma em que vivem. Além do concurso, a semana contou com apresentação do Musical da Água que explorou o conceito do ciclo da água e a importância da preservação deste recurso para o público infantil por meio de histórias, músicas, dinâmicas e brincadeiras; o Musical da Reciclagem que abordou o de reciclagem e a importância da segregação dos resíduos sólidos através de música e dinâmicas interativas; foi implantada uma Horta Escolar com o plantio de mudas nativas da Caatinga, com o objetivo de ensinar os cuidados com a natureza e a importância de seus ciclos e processos, além de serem realizadas oficinas relacionadas ao uso e conservação do solo e, também foi realizada a Gincana da Sustentabilidade que teve como objetivo ensinar aos alunos sobre a importância da segregação de resíduos, raciocínio lógico, preservação e reconhecimento da fauna silvestre local, bem como procedimentos e cuidados com animais silvestres vitimizados.

Em junho foi realizada a Semana do Meio Ambiente em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente. As ações voltadas para os colaboradores da empresa, usuários da rodovia e estudantes de municípios limieiros, envolveram muita diversão e aprendizado. Nesta ocasião foram entregues de lixeiras automotivas para seis mil usuários em nossas sete praças de pedágio, espalhadas entre a BR-324 e BR 116, com objetivo de conscientizar com relação ao descarte inadequado de lixo nas rodovias. Mais de 150 estudantes, entre 5 e 14 anos, das escolas municipais Luiz Viana Filho e Nova Brasília, localizadas na zona urbana de São Sebastião do Passé receberam o projeto “Via Ambiental”, que contou com atividades lúdicas de caráter educativo, considerando diversas temáticas ambientais, como a peça de Teatro “Reciclar é uma festa” além da produção de brinquedos em oficina de materiais recicláveis.

No mês de setembro, foi realizada a Semana da Fauna e Flora que contou programação especial para mais de 500 alunos, de 4 a 12 anos, em escolas públicas de Jaguaquara, Poções e Planalto, municípios que são conectados pela BR-116. A ação teve o propósito de conscientizar as crianças acerca da importância da biodiversidade, especialmente a fauna e a flora, para o equilíbrio do ecossistema e a manutenção da vida. As atividades foram conduzidas pelos próprios colaboradores da VIABAHIA, que se voluntariaram para a condução das ações. A programação contou com teatro de fantoches, plantio de espécies nativas, exposição de abelhas nativas, contação de histórias, exposição fotográfica, além de brincadeiras lúdico-pedagógicas.

Além disto, cerca de 6.000 usuários receberam um adesivo automotivo “Eu freio para animais” com objetivo de conscientizá-los sobre a preservação das espécies e riscos de acidentes nas estradas. Em outubro, em parceria com a companhia de teatro Ereotá Produções Artísticas, VIABAHIA apresentou uma peça de fantoches durante a programação infantil da Festa Literária Internacional de Cachoeira (Flica), que teve como objetivo sensibilizar o público sobre a proteção dos animais e o meio ambiente. Além disso, também foram distribuídos o jogo da memória infantil ‘É o bicho da Via’, produzido pela equipe de meio ambiente da concessionária.

SAÚDE

- Saúde no trecho

O Saúde no trecho acontece desde de 2018 e já realizou cerca de 4.100 mil atendimentos, para 27 municípios interligados pela BRs 324 e 116, por meio de equipes médicas, profissionais de enfermagem e dentistas são promovidas as consultas clínicas, requisição e realização de exames no próprio local como: glicemia capilar, pressão arterial, testes rápidos de infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), Além disso, também são realizados serviços como triagem, avaliação odontológica, educação em saúde bucal, vacinação entre outros. Geralmente a iniciativa, é resultado de uma colaboração entre a VIABAHIA e administração municipal das localidades. A concessionária disponibiliza todos os recursos necessários para os serviços enquanto a prefeitura oferece uma equipe médica e de saúde para a realização dos atendimentos.

Em 2024 a edição ocorreu no município de Vitória da Conquista, em parceria com a Secretaria de Saúde da cidade. Na ocasião foram atendidas cerca de 112 pessoas.

PROGRAMA SER VOLUNTÁRIO

No mês de abril, em comemoração à Páscoa, a Concessionária realizou doação de chocolates para a Associação de Pais e Amigos Excepcionais (APAE), de Santo Estêvão/BA, que cuida de aproximadamente 120 pessoas com deficiência intelectual, múltipla, auditiva, paralisia cerebral e autismo, em diversas etapas da vida, que vai da infância até a fase adulta.

Em comemoração ao Dia das Crianças, um grupo de colaboradores a VIABAHIA realizou atividades diversas, com brincadeiras, distribuição de presentes, jogos e muita diversão com 130 crianças, de 4 a 12 anos, da Escola Municipal Joselita Azevedo localizada em Simões Filho/BA.

O projeto “Todo Dia É um Ótimo Dia para Fazer o Bem”, que converte lacres de latas em cadeiras de rodas, converteu mais uma vez os lacres arrecadados por seus colaboradores em duas cadeiras de rodas que puderam beneficiar a Senhora Raimunda Fonseca das Neves, uma idosa com dificuldades de locomoção e perda de visão, e a instituição AMAI, localizada em Simões Filho. Na ocasião, também serão entregues quatro cestas básicas, arrecadadas durante o futebol solidário organizado por colaboradores das Praças de Pedágio 1 e 2, localizadas em Simões Filho e Amélia Rodrigues, respectivamente. A AMAI é uma organização sem fins lucrativos, que acolhe pessoas que vivem em situação de rua e idosos com questões mentais. A associação já transformou a vida de cerca de 900 pessoas e, atualmente, é mantida com ajuda de parceiros e voluntários.

No mês de dezembro foi realizada doação de materiais de limpeza e materiais recreativos para a Comunidade Terapêutica Sol Nascente que reabilita dependentes de álcool.

TROCO SOLIDÁRIO

O projeto Troco Solidário nasceu como impulsionador da missão da VIABAHIA em contribuir para o desenvolvimento do estado da Bahia, através da interação com pessoas e comunidades. O projeto visa arrecadar a doação do arredondamento do troco dos usuários que passam por todas as praças de pedágio da concessionária.

Em novembro de 2023 o projeto foi formalizado com às Obras Sociais Irmã Dulce (OSID), buscando arrecadar fundos para o Centro Educacional Santo Antônio (CESA), núcleo de educação OSID que acolhe mais de 900 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, oferecendo ensino do primeiro ao nono ano, além de acesso à arte educação, atividades esportivas, assistência odontológica e psicossocial, alimentação, fardamento e material pedagógico gratuitos. A escolha da OSID como instituição beneficiada com a doação do troco arrecadado pelo projeto foi motivada pela empatia e reconhecimento dos trabalhos sociais desenvolvidos pela instituição, que acolhe mais de 3 milhões de pessoas por ano na Bahia, principalmente o pobre, o doente, o mais necessitado. Entre o público atendido pela entidade estão pacientes oncológicos, idosos, pessoas com deficiência e com deformidades craniofaciais, pessoas em situação de rua, usuários de substâncias psicoativas e crianças e adolescentes em risco social. Foram gastos aproximadamente R\$ 300 mil, com envolvimento de 18 profissionais da área técnica.

Ao longo dos últimos dois meses de 2023, a VIABAHIA arrecadou um total de R\$127 mil por meio das doações dos usuários.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM n.º 381/03, a Companhia informa que, no exercício findo em 31.12.2023 não contratou os seus auditores para outros serviços, fora aqueles relacionados à própria auditoria contábil. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

As informações financeiras da VIABAHIA Concessionárias de Rodovias S/A apresentadas neste Relatório, Demonstrações Financeiras e seus Anexos, encontram-se em conformidade com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações contábeis auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Declaração da Diretoria

A diretoria da VIABAHIA Concessionárias de Rodovias S/A, declara nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, que: (i) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia referentes às demonstrações financeiras descritas no item (i) acima.

Salvador, 1º de abril de 2024

Diretoria

José Pedro Guerreiro Bartolomeu
Diretor Presidente
Diretor Administrativo Financeiro
Diretor de Relações com Investidores

Hederverton Andrade Santos
Diretor Jurídico e Regulatório

Conselho de Administração

José António Labarra Blanco
Presidente

José Pedro Guerreiro Bartolomeu
Conselheiro

Eduard Soler Babot
Conselheiro

José Ramon Ballestros Martínez
Conselheiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Conselheiros da
Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.
Salvador - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Viabahia Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.1 às demonstrações contábeis, que trata da divulgação sobre continuidade operacional envolvendo gestão de capital circulante líquido, solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do seu contrato de concessão e equacionamento dos gastos com investimento na infraestrutura de concessão. Adicionalmente, conforme Nota Explicativa nº 10 às demonstrações contábeis, a Companhia apresenta o resultado das suas ações na renegociação dos vencimentos das dívidas de curto prazo contratadas junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além das ações para obtenção de novos recursos visando suprir a necessidade de capital de giro decorrente dos prejuízos incorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e anteriores. As demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2023, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades e devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio

Os sistemas de arrecadação de pedágio são utilizados para mensuração e cobrança das passagens dos veículos, sendo cobrada manualmente pelas cabines ou de maneira automática via dispositivo eletrônico de identificação (“TAG”) instalado no interior dos veículos. O direito dessa cobrança decorre do contrato de concessão do serviço público procedida da execução de obra pública. As tarifas dos pedágios são reajustadas anualmente, conforme estabelecido no contrato de concessão.

Este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista o volume de informações processadas até o registro contábil.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Indagação junto à diretoria quanto ao entendimento dos controles relacionados ao reconhecimento da receita;
- Envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas para aplicação de testes nos controles automatizados utilizados pela Companhia;
- Recálculo das receitas de arrecadação de pedágio com base nos relatórios de tráfego extraídos do sistema de arrecadação e com base nas tarifas de pedágio vigentes;
- Confirmação externa junto aos operadores que comercializam o dispositivo eletrônico de identificação dos veículos;
- Avaliação da divulgação nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos aplicados, concluímos pela razoabilidade da receita, bem como das informações incluídas nas notas explicativas decorrente da arrecadação do pedágio.

Provisão para investimento em ampliação e renovação da rodovia

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 11 às demonstrações contábeis, a Companhia registra uma provisão no passivo decorrente de gastos relacionados à perspectiva de ampliação da rodovia constante no contrato de concessão, com a denominação Programa de Exploração da Rodovia (“PER”). Para mensurar o valor desses investimentos são contempladas premissas e julgamentos relevantes para estimar o fluxo das obras, o valor futuro desses gastos e taxas de desconto a valor presente.

Este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, pois o reconhecimento dessa provisão envolve julgamento relevante da Companhia na avaliação dos critérios para definição do momento de registro, principalmente no que tange ao valor de atualização desses gastos e taxa de desconto a valor presente.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação do ambiente de controle que gera as informações para melhor estimativa da provisão;
- Leitura do contrato de concessão para entendimento das obrigações do Programa de Exploração da Rodovia;
- Discussão com a diretoria para avaliação das premissas utilizadas na mensuração desses gastos futuros;
- Avaliação das taxas de atualização dos custos e de desconto do fluxo de caixa;
- Avaliação se todas as divulgações relevantes a esse tema foram divulgadas adequadamente nas demonstrações contábeis.

Com base as evidências obtidas, determinamos que o reconhecimento da provisão decorrente das obrigações do Programa de Exploração da Rodovia são razoáveis para suportar os valores contabilizados e informações incluídas nas notas explicativas.

Avaliação do risco de redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados a concessão

Conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 2.5 e 8 às demonstrações contábeis, a Companhia avalia, anualmente, indicativos de riscos que possam existir na redução do valor recuperável para seus ativos intangíveis de vida útil definida, em virtude do contrato de concessão. Nessa avaliação são contempladas premissas e julgamentos relevantes para estimar fluxos de caixa futuro, incluindo volumes de tráfego, valor de tarifa, custos operacionais e taxas de desconto a valor presente. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou suas avaliações e concluiu sobre a inexistência de necessidade de reconhecimento de perdas às demonstrações contábeis. Adicionalmente, considerando a discussão em curso com o poder concedente, a diretoria efetuou análise adicional sobre a realização dos ativos intangíveis da concessão por meio do cálculo estimado dos valores de indenização relativos aos investimentos vinculados a bens reversíveis não depreciados ou amortizados, líquidos de descontos potenciais previstos em regulamentação setorial vigente.

Este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista que possíveis variações nessas premissas podem alterar de

maneira relevante as demonstrações contábeis da Companhia.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Revisão da metodologia e dos modelos utilizados na mensuração do fluxo de caixa descontado a valor presente do contrato, incluindo a análise da razoabilidade das premissas utilizadas e da integridade dos dados fornecidos pela diretoria da Companhia;
- Análise de sensibilidade sobre tais premissas para avaliar o comportamento do valor presente do fluxo de caixa, considerando outros cenários e premissas, com base em dados de mercado;
- Avaliação da aderência aplicada pela Companhia com relação à regulamentação vigente relacionada a indenização de bens reversíveis não depreciados ou amortizados;
- Avaliação da divulgação nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas, determinamos que estas são razoáveis para suportar os saldos contabilizados como ativos intangíveis e informações incluídas nas notas explicativas.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa opinião, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que a Demonstração do Valor Adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, de maneira consistente com as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 1º de abril de 2024.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	36.182	22.650	Fornecedores	9	64.789	55.221
Contas a receber	4	30.817	25.500	Empréstimos e financiamentos	10	150.410	148.465
Tributos a recuperar		1.385	1.486	Salários e encargos sociais		6.770	6.314
Despesas antecipadas	5	7.119	7.368	Imposto de renda e contrib. social a pagar		460	-
Outros ativos		3.586	2.463	Tributos a recolher		8.685	7.384
Total do ativo circulante		<u>79.089</u>	<u>59.467</u>	Verba de fiscalização	14	705	671
				Valores a pagar com ANTT	12	19.799	19.119
NÃO CIRCULANTE				Provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia	11	68.532	25.324
Depósitos judiciais	23	5.346	4.414	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios	23	131	886
Outros ativos		1.633	1.633	Outros passivos		16.388	16.215
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	162.398	139.713	Valores a pagar arrendamento mercantil	15	603	714
Direito de Uso (IFRS16)	7	1.171	1.843	Total do passivo circulante		<u>337.272</u>	<u>280.313</u>
Imobilizado	7	3.174	3.658				
Intangível	8	1.607.835	1.738.583	NÃO CIRCULANTE			
Total do ativo não circulante		<u>1.781.557</u>	<u>1.889.844</u>	Empréstimos e financiamentos	10	70.233	182.799
				Valores a pagar arrendamento mercantil	15	568	1.129
				Valores a pagar com ANTT	12	5.745	5.959
				Provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia	11	763.086	799.366
				Provisão para manutenção	24	22.231	17.926
				Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios	23	2.673	2.494
				Total do passivo não circulante		<u>864.536</u>	<u>1.009.673</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16		
				Capital social		991.207	991.207
				Prejuízos acumulados		(332.369)	(331.882)
						<u>658.838</u>	<u>659.325</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>1.860.646</u></u>	<u><u>1.949.311</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>1.860.646</u></u>	<u><u>1.949.311</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil, exceto o prejuízo por ação)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA LÍQUIDA	17	433.058	367.978
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	18	(345.222)	(335.023)
LUCRO BRUTO		87.836	32.955
Despesas gerais e administrativas	19	(51.068)	(56.954)
Honorário da administração	6	(936)	(1.052)
Outras receitas (despesas) operacionais, liquidas		474	252
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		36.306	(24.799)
Receitas financeiras	20	5.248	5.341
Despesas financeiras	20	(60.737)	(71.150)
RESULTADO FINANCEIRO		(55.489)	(65.809)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(19.183)	(90.608)
Imposto de renda e contribuição social – correntes	21	(3.989)	-
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	21	22.685	20.262
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(487)	(70.346)
Ações em circulação no final do período (em milhares)		828.812	828.812
Prejuízo básico e diluído por ação - Em R\$	22	(0,001)	(0,085)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(487)	(70.346)
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(487)</u>	<u>(70.346)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital			Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
	subscrito	a realizar	realizado			
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2022	797.516	-	797.516	104.798	(261.536)	640.778
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	88.893	-	88.893
Aumento de Capital	193.691	-	193.691	(193.691)	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(70.346)	(70.346)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	991.207	-	991.207	-	(331.882)	659.325
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2023	991.207	-	991.207	-	(331.882)	659.325
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(487)	(487)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	991.207	-	991.207	-	(332.369)	658.838

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(19.183)	(90.608)
Ajustes de			
Depreciação e amortização	7 e 8	152.756	152.273
Provisão (reversão) para contingências	19	(755)	(6.703)
Provisão para manutenções	24	4.305	6.932
Juros sobre empréstimos e financiamentos	10.3	29.167	38.988
Apropriação dos custos de transação	10.3	281	486
AVP da provisão para investimento da rodovia	11 e 20	24.727	21.610
AVP Arrendamento mercantil	15 e 20	136	154
Atualização e Multas ANTT	12	2.151	1.211
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa		-	11
Margem de lucro de construção	17	(758)	(655)
		<u>192.827</u>	<u>123.699</u>
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		(5.317)	(5.180)
Tributos a recuperar		101	2.575
Despesas antecipadas		249	(713)
Outros ativos		(2.055)	(1.853)
Fornecedores		24.788	(14.428)
Direito de uso pagos		(856)	(819)
Salários e encargos sociais		456	622
Tributos a recolher		1.761	517
Outros passivos		(1.765)	(3.493)
Caixa gerado nas operações			
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	10.3	(28.590)	(36.806)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.989)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>177.610</u>	<u>64.121</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições de bens do ativo imobilizado	7	(626)	(821)
Aquisições de bens do ativo intangível	8	(37.219)	(33.748)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(37.845)</u>	<u>(34.569)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de empréstimos e financiamentos	10.3	(126.233)	(115.884)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	88.893
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(126.233)</u>	<u>(26.991)</u>
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>13.532</u></u>	<u><u>2.561</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3	22.650	20.089
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3	36.182	22.650
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>13.532</u></u>	<u><u>2.561</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
RECEITAS		470.441	399.691
Receita de pedágio e acessórias		431.794	366.278
Receita de construção	17	38.647	33.413
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(191.318)	(187.138)
Custo do serviço de construção	18	(37.889)	(32.758)
Custo da concessão		(123.266)	(120.984)
Outras despesas		(30.163)	(33.396)
VALOR ADICIONADO BRUTO		279.123	212.553
Depreciação e amortização	7 e 8	(152.756)	(152.273)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO		126.367	60.280
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	20	5.248	5.341
Outras receitas		474	252
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		132.089	65.873
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal		40.642	39.063
Remuneração direta		26.260	24.805
Benefícios		11.679	10.278
Despesas com desligamento		485	702
Honorários da administração	6	936	1.052
Encargos sociais (exceto INSS)		1.947	1.835
Outros		(665)	391
Impostos, taxas e contribuições		27.261	22.255
PIS/COFINS sobre faturamento		15.804	13.392
Imposto de renda e contribuição social		(18.695)	(20.262)
INSS (sobre folha de pagamento)		6.699	6.533
ISS sobre faturamento		21.579	18.321
Outros		1.874	4.271
Remuneração de capitais próprios			
Prejuízos		(487)	(70.346)
Remuneração de capitais de terceiros		64.673	74.901
Juros e variações cambiais	20	60.737	71.150
Alugueis		3.936	3.751
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO		132.089	65.873

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Viabahia Concessionária de Rodovias S.A. (“Viabahia” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 11 de maio de 2009, com sede na Rua do Jaracatiá nº 106, Caminho das Árvores, Salvador, estado da Bahia.

A Companhia tem como objetivo a atividade de exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do sistema rodoviário, pelo prazo de 25 anos, sendo remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio. A obtenção da concessão não foi objeto de pagamento de outorga e não está previsto no contrato de concessão o aumento de tarifa em função dos investimentos realizados.

A obtenção da concessão do sistema rodoviário se deu em 20 de outubro de 2009 mediante o Termo de Arrolamento e Transferência, a partir do qual o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (“DNIT”) cede, no regime de concessão, o sistema rodoviário e os bens da concessão à Viabahia. O sistema rodoviário objeto do Edital nº 001/2008 é composto pelas rodovias federais e estaduais, as quais totalizam 681 km de extensão conforme detalhado a seguir:

- BR-116 Feira de Santana - Divisa BA/MG;
- BR-324 Salvador - Feira de Santana;
- BA-526 Entrada BR-324 - Entrada BA-528;
- BA-528 Entrada BA-526 - Acesso Base Naval de Aratu.

De maneira geral, o Programa de Exploração da Rodovia (“PER”) estabelece as seguintes obrigações durante o período de concessão:

- **Obras iniciais:** compreendem as obras e serviços que a Companhia deverá executar imediatamente após a data da assunção até o 6º (sexto) mês do Prazo da Concessão (que correspondia até abril de 2010). Estas obras foram finalizadas e recebidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) em 29 de outubro de 2010, devido a intercorrências ocorridas como elevada taxa pluviométrica registrada na região, paralisação dos trabalhadores da construção pesada em todo o Estado da Bahia e dificuldades em acordar junto à Polícia Rodoviária Federal os horários para interdições das faixas;
- **Recuperação:** obras e serviços que têm por objetivo o restabelecimento das características originalmente existentes nos diversos elementos do Sistema Rodoviário. O PER estabelece que esses trabalhos devem ser iniciados imediatamente após a conclusão das obras iniciais;

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

- **Duplicação condicionada:** realização de obras de duplicação de pista da rodovia BR 116 e a implantação de terceira faixa de rolamento nos dois sentidos na rodovia BR 324, que totalizam, respectivamente, 441,6 Km e 106,7 Km de extensão, conforme indicado no PER (Programa de Exploração Rodoviária). As obras condicionadas são objeto da revisão quinquenal protocolada junto a ANTT em 2017 e do processo arbitral junto ao Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá (CAM-CCBC) instaurado a requerimento da Viabahia no início de 2020, para compelir o Poder Concedente a cumprir obrigações contratuais, com o objetivo de reequilibrar o contrato de concessão;
- **Obras obrigatórias:** são obras e serviços de ampliação de capacidade (duplicação obrigatória do trecho da BR-116 entre o entroncamento com o Contorno Sul de Feira de Santana e o entroncamento com a BR-242), melhorias físicas e operacionais, dentre outras. As obras foram concluídas e estão em operação desde dezembro de 2019.

1.1. Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou prejuízo líquido no montante de R\$ 487 (R\$ 70.346 em 31 de dezembro de 2022) e apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 258.183 (R\$ 220.846 em 31 de dezembro de 2022). Essa situação de capital circulante negativo é usual nas fases iniciais e intermediárias aos empreendimentos de concessão de serviços públicos, uma vez que no início do projeto há uma incidência muito grande de investimentos para ampliação e recuperação da rodovia.

Visando o reequilíbrio das suas operações, a Companhia vem realizando as seguintes ações:

a. Gestão do capital circulante líquido negativo

A previsão de gastos para 2024 está estimada em R\$ 68.532, para obras de recuperação e demais obras de infraestrutura. Além da revisão quinquenal do contrato os planos da Administração visam à recuperação dos resultados operacionais positivos ao longo dos próximos exercícios. A Administração entende que o êxito no requerimento do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato é condição essencial para a retomada dos investimentos e da melhora dos resultados operacionais da Companhia.

A Companhia utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. A geração de caixa e os recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo são adequados para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos circulante e a manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo. Ademais, a Companhia tem tido suporte dos seus acionistas, conforme aportes realizados no exercício de 2022 no montante de R\$ 193.691.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

A Administração está discutindo com o BNDES os termos e características do financiamento aprovado em 21 de novembro de 2012 no montante total de R\$ 1.369.143. Os desembolsos efetuados diretamente pelo BNDES e pelos bancos repassadores até 31 de dezembro de 2023 totalizaram o montante de R\$ 847.275. Não houve recebimento de recursos no exercício de 2023.

b. Solicitação de reequilíbrio do Contrato de Concessão

Em 22 de agosto de 2019, foi concedida pela 3ª Vara Federal Cível da SJDF a medida acautelatória nº 1023220-63.2019.4.01.3400, com fundamento no art. 22-A da Lei nº 9.307/96, para: i) assegurar que, até a apreciação dos conflitos decorrentes do desequilíbrio contratual pelo juízo arbitral e/ou até a apreciação do pleito de revisão contratual (quinquenal), a ANTT mantenha as mesmas bases econômico-financeiras contratuais, incluída a condição tarifária, sem nova redução; ii) se abstenha de aplicar penalidades administrativas e contratuais atreladas a obrigações de investimento, inclusive a de caducidade, respeitado o poder de fiscalização sobre a exploração do serviço delegado; e iii) se abstenha de impor obrigações à concessionária que estejam atreladas aos investimentos previstos no contrato de concessão.

Em setembro de 2019, foi protocolado no Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá - CAM-CCBC requerimento de instauração de procedimento arbitral contra a ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres. O pedido de instauração visa solucionar controvérsia fundada no contrato de concessão por meio do Edital nº 001/2008. O procedimento arbitral tem como objetivo o aprimoramento contratual e o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Em 13 de outubro de 2021, foi julgado procedente pela 6ª Vara Federal Cível da SJDF (decisão nº 1009371-92.2017.4.01.3400) o pedido, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, a fim de conceder a tutela específica inibitória, nos termos dos artigos 497 e 1012 §1º, V, do CPC/2015, tão somente até que seja concluído o processo de revisão quinquenal no contrato de concessão, nos termos da Cláusula 16.5.1.

Com a decisão seus efeitos são imediatos, na qual afasta a exigibilidade das obrigações não essenciais do Contrato de Concessão, bem como apenamentos sobre eventual descumprimento. Em 10 de agosto 2022, foi publicada pelo STJ/DF decisão unânime que mantém a eficácia, da decisão do Desembargador Federal Relator do TRF1 proferida nos autos da Tutela Cautelar Antecedente nº 1044709-06.2021.4.01.0000. Reestabelecendo os valores das tarifas de pedágio localizadas nas rodovias BR-324 e BR-116 que correspondem a R\$ 2,90 e R\$ 5,10.

Na data de 09/11/2023, a ANTT protocolou no TCU uma Solicitação de Solução de Consenso (SSC) para questões referentes ao contrato de concessão da Viabahia. O próximo passo será a análise, pelo TCU da admissibilidade da SSC, conforme Instrução Normativa nº 91/2022.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Foi publicada no Diário Oficial da União em 26 dezembro de 2023, a Deliberação nº 450/2023 da Diretoria Colegiada da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), de 25 de julho deste ano, aumentado a tarifa de pedágio de R\$ 5,90 para R\$ 6,10, na BR 116 e de R\$ 3,30 para R\$ 3,50 na BR 324 o reajuste reflete a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período em conformidade com o Contrato de Concessão.

c. Equacionamento dos gastos com investimentos na infraestrutura de concessão

A Companhia encontra-se no 14º ano do seu contrato de concessão com a Agência Nacional de Transporte Terrestre - ANTT e, apesar da ausência de desembolso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e queda da economia dos últimos anos, vem realizando investimentos em trabalhos de recuperação do pavimento, recapeamento, renovação e instalação de sinalizações, desenvolvendo projetos de ampliação e melhorias operacionais assim como obras de duplicação obrigatórias, construção de passarelas, terraplenos, estruturas de contenção e implantação de fibra óptica, em 681 km da rodovia. O total de investimentos realizados até dezembro de 2023 foi de R\$ 2.137.009, distribuído em obras de recuperação, pavimentação, iluminação, obras de artes especiais e corrente, terraplenos, estrutura de contenção, canteiro central e faixa de domínio, elementos de proteção e segurança, e em obras de duplicação na rodovia.

A Companhia estima, em 31 de dezembro de 2023, que para cumprir com as obrigações conforme situação do contrato de concessão necessita do montante de R\$ 831.618 (R\$ R\$ 824.690 em 31 de dezembro de 2022) referente a investimentos para ampliação e renovação de rodovias, a valores atuais.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão sendo revisados pelos menos anualmente.

A Companhia vem negociando com o órgão regulador o prazo de execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio em sua revisão quinquenal como parte do pedido de reequilíbrio do contrato conforme acima.

1.2 Investigações envolvendo a Companhia

Como é de conhecimento público, com base no processo de auditoria promovido em abril 2019 pelo TCU com o objetivo de verificar a conduta da ANTT durante os processos de revisão de tarifa junto a concessões de rodovias federais, o TCU instruiu a Polícia Federal a investigar possíveis irregularidades em alguns conceitos considerados na revisão tarifária de 2017 do Contrato de Concessão - Edital nº 001/2008. Até 31 de dezembro de 2023, nenhum novo registro foi verificado e não há impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Resumo das políticas contábeis materiais

Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados a valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis materiais a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens ou serviços.

Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 1º de abril de 2024.

2.1. Instrumentos financeiros

Classificação dos ativos e passivos financeiros na adoção inicial do CPC 48 - Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos e passivos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: mensurados ao valor justo por meio de resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e custo amortizado.

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria.

Custo amortizado

Estes ativos são mensurados de maneira subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é reconhecido no resultado.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco crédito.

2.3. Imobilizado

Os ativos imobilizados são apresentados ao custo histórico, líquido de depreciação acumulada. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Depreciação é calculada de maneira linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado.

2.4. Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados a valor justo (custo mais margem) no momento do seu reconhecimento inicial, ver Nota Explicativa nº 2.10. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são deduzidos pela amortização acumulada. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Tratamento específico relativo ao ativo intangível oriundo do contrato de concessão encontra-se descrito na Nota Explicativa nº 8.

2.5. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.6. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos aos empréstimos.

2.7. Impostos

Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para as diferenças tributárias temporárias, e impostos diferidos ativos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre prestação do serviço de concessão, exceto:

- Quando os impostos sobre prestação do serviço incorridos na aquisição de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre a prestação do serviço é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;

- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas/ prestação do serviço;
- Quando o valor líquido dos impostos sobre prestação do serviço, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.8. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios

- A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.10. Receita de Construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis), sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível).

Para essa última modalidade, que é caso da Companhia, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas aos serviços de construção prestado. Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utiliza o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 2% de margem, que reflete a melhor estimativa do valor dos serviços relacionados com a melhoria da infraestrutura (construção), considerando a estrutura administrativa e operacional da Companhia e os contratos de construção firmados para a implementação de tais obras, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 17.

2.11. CPC06 (R2) - IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela companhia, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. A Companhia amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento. Na data de início, a companhia mensura o passivo de arrendamento pelo método de fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente as respectivas obrigações (estimado para todo o período do contrato de arrendamento), e descontada por meio de aplicação da taxa de 9,1% a.a. A Administração revisará a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito do financiamento do BNDES.

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. No caso de reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recálculo para refletir o evento ocorrido. Quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso, ou, caso este já esteja reduzido a zero, lançado no resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

2.12. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros;

A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substitui a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023.

A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros.

Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Companhia. A Companhia efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais.

b) Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis;

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar “práticas contábeis significativas” por “políticas contábeis materiais”. As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação.

Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis da Companhia, e não afetam a divulgação de suas políticas contábeis.

c) Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 Tributos sobre o Lucro;

- i. Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação.

Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais da Companhia.

ii. Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo *Pillar Two*

Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (*Organisation for Economic Co-operation and Development* - OCDE) divulgou um projeto de quadro legislativo para um imposto mínimo global que deverá ser utilizado por jurisdições individuais. O objetivo do quadro é reduzir a transferência de lucros de uma jurisdição para outra, a fim de reduzir as obrigações fiscais globais nas estruturas empresariais. Em março de 2022, a OCDE divulgou orientações técnicas detalhadas sobre as regras do *Pillar Two*.

As partes interessadas levantaram preocupações junto do IASB sobre as potenciais implicações na contabilização do imposto sobre o rendimento, especialmente na contabilização de impostos diferidos, decorrentes das regras do modelo do *Pillar Two*.

O IASB emitiu as Emendas finais à Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo *Pillar Two*, em resposta às preocupações das partes interessadas em 23 de maio de 2023.

As alterações introduzem uma exceção obrigatória para as entidades do reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com as regras do modelo *Pillar Two*. A exceção entra em vigor imediata e retrospectivamente. As alterações também preveem requisitos de divulgação adicionais no que diz respeito à exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do *Pillar Two*.

A Administração determinou que a Companhia não está dentro do escopo das *Pillar Two Model Rules* da OCDE e da exceção ao reconhecimento e divulgação de informações sobre impostos diferidos.

d) Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros;

As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores.

Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

2.13. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023

Para as seguintes normas ou alterações a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece que apenas *covenants* a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) - esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- e) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB.

2.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

As premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

a) Determinação das receitas de construção

Na apuração do valor justo da receita de construção a Companhia utilizou o custo total incorrido, considerando margem de lucro, conforme descrito na Nota Explicativa nº 17.

b) Intangível - ICPC 01 - contratos de concessão

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

c) Provisão para investimento em ampliação e renovação da rodovia

O contrato de concessão determina que a Companhia realize investimentos em ampliação e renovação da rodovia, tendo sido registrada provisão referente ao valor orçado desse montante, ajustado a valor presente, à taxa de 3,04% a.a. (taxa de longo prazo ajustada pela inflação). A apropriação desses saldos no resultado do exercício, durante o período da concessão, é realizada em bases mensais, com base no custo de construção apurado. O custo de construção estimado é revisado anualmente em dezembro e ajustado quando necessário.

d) Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, em contrapartida ao custo do exercício para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções.

A Companhia também utiliza as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal e das normas emitidas pela ANTT, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS).

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	3.012	13.683
Aplicações financeiras de liquidez imediata	33.170	8.967
Total	36.182	22.650

As aplicações financeiras em CDB correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez (inferior a 90 dias), baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI a percentuais que variam de 98% a 101% (98% a 101% em 31 de dezembro 2022).

4. Contas a receber

Descrição	2023	2022
Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A. (CGMP)	19.856	16.062
Move Mais	323	532
DBTRANS - vale-pedágio e AVI	647	835
ConectCar	1.840	1.371
Alelo	2.627	2.626
Greenpass	2.743	2.161
Visa vale pedágio	291	179
Outros (i)	3.992	3.236
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.502)	(1.502)
Total	30.817	25.500

(i) Refere-se a contas a receber decorrentes de receitas provenientes de serviços acessórios do uso da faixa de domínio (Tim Celular S.A., Petrobras, TPE Transmissora Paraíso de Energia).

As contas a receber são representadas por recebíveis de pedágio eletrônico (CGMP, ConectCar e DBTRANS, Move Mais e Alelo) e vale pedágio (Visa Vale e DBTRANS). Os valores a receber do CGMP, no montante de R\$ 19.856 (R\$ 16.062 em 31 de dezembro 2022), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”) são repassados para a Companhia em até 45 dias a contar da transmissão dos dados da concessionária para o CGMP.

Provisão Estimada para Créditos em Liquidação Duvidosa

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração, considerando a composição das suas contas a receber em atraso e com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que a provisão para crédito de liquidação duvidosa constituída é suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

5. Despesas antecipadas

Descrição	2023	2022
Seguros (i)	4.508	4.417
Benefícios pagos antecipadamente (ii)	891	730
Outras despesas	1.720	2.221
Total	7.119	7.368

(i) Corresponde à despesas com seguros contratados pela Companhia, que possuem prazo de cobertura de até 12 meses, e que vem sendo apropriadas ao resultado ao longo desse período;

(ii) Refere-se a gastos com a compra de vale-refeição, vale-alimentação, assistência médica e vale-transporte dos funcionários.

6. Honorários da Administração

Os honorários dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$ 936 (R\$ 1.052 - 2022), correspondendo a benefícios de curto prazo e encargos previdenciários. A Companhia não possui pessoal-chave que não seja estatutário e não possui planos de remuneração pós-emprego, de rescisão, ou baseada em ação ou outros benefícios de longo prazo.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

7. Imobilizado e ativo de direito de uso

	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Ativo de direito de uso	Outras imobilizações	Imobilizado andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2021										
Saldo inicial	846	1.250	1.458	417	-	3	2.078	22	42	6.116
Aquisições	15	277	364	70	-	-	429	-	95	1.250
Transferência/reclassificação	-	-	-	33	-	-	-	-	(33)	-
Depreciação	(183)	(335)	(564)	(94)	-	(3)	(664)	(22)	-	(1.865)
Saldo contábil, líquido	678	1.192	1.258	426	-	-	1.843	-	104	5.501
Em 31 de dezembro de 2022										
Custo	2.108	4.683	5.351	2.334	50	73	4.074	389	104	19.166
Depreciação acumulada	(1.430)	(3.491)	(4.093)	(1.908)	(50)	(73)	(2.231)	(389)	-	(13.665)
Saldo contábil, líquido	678	1.192	1.258	426	-	-	1.843	-	104	5.501
Saldo em 31 de dezembro de 2022	678	1.192	1.258	426	-	-	1.843	-	104	5.501
Aquisições	-	55	200	238	22	-	48	-	111	674
Transferência	-	-	95	-	-	-	-	-	(95)	-
Depreciação	(192)	(274)	(543)	(97)	(4)	-	(720)	-	-	(1.830)
Saldo contábil, líquido	486	973	1.010	567	18	-	1.171	-	120	4.345
Saldo em 31 de dezembro de 2023										
Custo	2.108	4.738	5.646	2.572	72	73	4.122	389	120	19.840
Depreciação acumulada	(1.622)	(3.765)	(4.636)	(2.005)	(54)	(73)	(2.951)	(389)	-	(15.495)
Saldo contábil, líquido	486	973	1.010	567	18	-	1.171	-	120	4.345
Taxas médias anuais depreciação	10	10	20	10	20	10	10	10	-	-

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

8. Intangível

	Construção da infraestrutura (i)				Intangível em formação	Total
	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Softwares		
Em 31 dezembro de 2021						
Saldo inicial	1.102.108	145.192	628.760	267	11.234	1.887.561
Adição	-	-	-	4	-	4
Transferência	3.524	927	591	-	(5.042)	-
Revisão da provisão de investimento	7.096	(1.124)	(490)	-	-	5.482
Realização provisão de investimento	26.589	2.485	4.339	-	-	33.413
Adiantamento a Fornecedores	-	-	-	-	986	986
Baixa de provisão de investimento	(30.113)	(3.412)	(4.930)	-	-	(38.455)
Amortização	(88.007)	(11.495)	(50.758)	(148)	-	(150.408)
Saldo contábil, líquido	1.021.197	132.573	577.512	123	7.178	1.738.583
Em 31 de dezembro de 2022						
Custo	1.624.746	205.738	933.452	4.602	7.178	2.775.716
Amortização acumulada	(603.549)	(73.165)	(355.940)	(4.479)	-	(1.037.133)
Saldo contábil, líquido	1.021.197	132.573	577.512	123	7.178	1.738.583
Saldo em 31 de dezembro de 2022						
Saldo inicial	1.021.197	132.573	577.512	123	7.178	1.738.583
Adição	145	-	-	11	27	183
Transferência	830	-	-	-	(830)	-
Revisão da provisão de investimento	17.293	(209)	4.422	-	-	21.506
Realização provisão de investimento	30.722	5.266	2.487	-	-	38.475
Adiantamento a fornecedor	-	-	-	-	(681)	(681)
Baixa da provisão de investimento	(31.552)	(5.266)	(2.487)	-	-	(39.305)
Amortização	(88.709)	(11.389)	(50.751)	(77)	-	(150.926)
Saldo contábil, líquido	949.926	120.975	531.183	57	5.694	1.607.835
Saldo em 31 de dezembro de 2023						
Custo	1.642.184	205.529	937.874	4.613	5.694	2.795.894
Amortização acumulada	(692.258)	(84.554)	(406.691)	(4.556)	-	(1.188.059)
Saldo contábil, líquido	949.926	120.975	531.183	57	5.694	1.607.835
Prazo remanescente de amortização (anos)	12	12	12	5	-	-

(i) Intangível - construção da infraestrutura (recuperação, operação e melhoramentos)

Referem-se aos custos mais margem dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A Companhia reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo da amortização do ativo intangível até 31 de março de 2017 era efetuado de acordo com a curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização era determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscavam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A partir de 1º de abril de 2017, a Companhia passou a reconhecer a amortização no resultado linearmente, e de maneira prospectiva, com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Todos os bens da concessão ou investimentos neles realizados deverão ser integralmente depreciados e amortizados pela Companhia no prazo da concessão de acordo com os termos da legislação vigente, não cabendo qualquer pleito de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro no advento do término contratual.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

8.1. Movimentação das aquisições

Segue a conciliação das adições do intangível com a provisão dos investimentos e a movimentação do intangível no fluxo de caixa da Companhia:

Descrição	2023	2022
Investimentos realizados (Nota nº 17) (*)	38.647	33.413
Adições ao intangível (Nota nº 8)	21.517	5.486
Adiantamentos a fornecedores (Nota nº 8)	(681)	986
Acréscimo/redução da provisão (Nota nº 11)	(21.506)	(5.482)
Margem de construção (Nota nº 17)	(758)	(655)
Total	37.219	33.748

(*) Trata-se de valores incorridos no período, anteriormente tratados pela Companhia como transação não caixa (provisão para investimentos, ver Nota Explicativa nº 11).

9. Fornecedores

Descrição	2023	2022
Contas a pagar aos fornecedores (i)	58.269	49.227
Cauções contratuais (ii)	6.520	5.994
Total	64.789	55.221

- (i) Refere-se, principalmente, a fornecedores de serviços e valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados às obras de recuperação, melhorias, manutenção e conservação;
- (ii) Trata-se de garantia contratual estabelecida com os prestadores de serviços, destinadas a suprir eventuais inadimplências contratuais, fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária por parte da Companhia. Em média são retidos 5% do valor das notas fiscais até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

10. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Encargos	Principal e encargos		Total	
		Circulante	Não Circulante	31/12/2023	31/12/2022
Moeda nacional					
BNDES (a)	TJLP + 2,16% a.a.	147.310	54.567	201.877	297.957
HAITONG (a)	TJLP + 5,2% a.a.	10.147	5.925	16.072	27.102
Votorantim (a)	TJLP + 5,55% a.a.	10.143	5.741	15.884	26.753
Banco ABC (a)	TJLP + 5,3% a.a.	6.752	4.000	10.752	18.119
Outros Financiamentos (b)	TX 1,63% a 1,80% a.m.	14.909	-	14.909	-
Subtotal		189.261	70.233	259.494	369.931
(-) Custos de transação (c)		(64)	-	(65)	(347)
(-) Títulos e valores mobiliários (d)		(38.786)	-	(38.786)	(38.320)
Total de empréstimos e financiamentos		150.410	70.233	220.643	331.264

(a) **BNDES e Repassadores:** Em 21 de novembro de 2012, a Companhia obteve a aprovação do BNDES para liberação do financiamento de longo prazo, no montante de R\$ 1.369.143. Até 31 de dezembro de 2023, foram efetuados desembolsos pelo BNDES e pelos bancos repassadores no montante total de R\$ 847.909, com vencimento final em 2027. Em 22 de abril de 2020, a Companhia celebrou o 4º aditivo com o BNDES, por meio do qual foi acordado a criação do Subcrédito “E1” com os valores das parcelas suspensas e não pagas do “Standstill” no valor R\$ 56,7 milhões para liquidação em maio 2023. Em 24 de abril de 2023, a Companhia celebrou o 6º aditivo com o BNDES, por meio do qual foi acordada a postergação por 12 (doze) meses do Subcrédito “E1”, que serão liquidadas em parcela única em maio de 2024. Em janeiro de 2024, iniciaram as tratativas com o BNDES, para postergação por mais 12 (doze) meses do Subcrédito “E1” dos valores das parcelas suspensas e não pagas do “Standstill”.

(b) **Outros financiamentos:** Cessão de crédito risco sacado, no montante de R\$ 15.221 a taxa de juros tem variação entre (1,63% a 1,80% a.m.), com prazo de 90 dias, juros apropriar de (R\$ 312) e com saldo líquido de R\$ 14.909.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

- (c) **Custos de transação:** Os custos incorridos na captação dos empréstimos estão sendo apropriados ao resultado, ajustando a taxa efetiva de juros, em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.
- (d) **Garantias:** O financiamento de longo prazo do BNDES foi concedido sob a modalidade de “project finance” ou financiamento com garantias de projeto, por meio de garantia compartilhada entre o BNDES e as instituições financeiras Banco Votorantim S.A., HAITONG Banco de Investimento do Brasil S.A. e Banco ABC Brasil S.A., as quais constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui reserva real mantida junto ao Banco Bradesco, no valor de R\$ 38.786 (R\$ 38.320 em 31 de dezembro 2022), remunerada de 98% a 101% do CDI, para garantia de financiamentos junto às seguintes instituições financeiras: BNDES, Banco ABC Brasil S.A., HAITONG Banco de Investimento do Brasil S.A. e Banco Votorantim S.A.

10.1. Principais compromissos assumidos (“Covenants”)

Os principais compromissos assumidos pela Companhia e previstos no contrato de financiamento são os seguintes:

- Não conceder mútuos a qualquer acionista, sem a prévia e expressa autorização do BNDES;
- Não apresentar saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas junto a terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos que represente mais de 15% da receita bruta;
- Não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, tampouco pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos, quando a relação entre o Patrimônio Líquido e o Passivo Total for inferior a 20% ou o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) for inferior a 1,3 (um inteiro e três décimos), os quais serão apurados ao final de cada semestre.

As cláusulas restritivas estão adequadamente cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2023.

10.2. Vencimento

Os empréstimos e financiamentos da Companhia possuem vencimentos conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2023
Até um ano	189.261
Acima de um ano e até dois anos	41.815
Acima de dois anos e até três anos	16.930
Acima de três anos e até quatro anos	11.488
Total	259.494

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

10.3. Movimentação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos da Companhia é a seguinte:

	Moeda nacional		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	80.328	364.570	444.898
Encargos - Resultado	38.988	-	38.988
Transferências	182.257	(182.257)	-
Amortização Principal	(115.884)	-	(115.884)
Pagamentos de Juros	(36.806)	-	(36.806)
(-) Custos de transação	-	486	486
(+/-) Títulos e valores mobiliários	(418)	-	(418)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	148.465	182.799	331.264
	Moeda nacional		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	148.465	182.799	331.264
Ingresso	14.909	-	14.909
Encargos - Resultado	29.478	-	29.478
Transferências	112.566	(112.566)	-
Amortização Principal	(126.233)	-	(126.233)
Pagamentos de Juros	(28.590)	-	(28.590)
(-) Custos de transação	281	-	281
(+/-) Títulos e valores mobiliários	(466)	-	(466)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	150.410	70.233	220.643

11. Provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia

O orçamento da Companhia, preparado com base nos investimentos previstos nas obras de construção e melhoria das rodovias a serem realizados até 2026, prevê desembolsos de R\$ 831.618 (R\$ 824.690 em 31 de dezembro 2022), sendo que R\$ 68.532 deverão ser realizados até 31 de dezembro de 2024. Essa provisão foi revista, porém a Companhia está aguardando o processo de Revisão Quinquenal, que está em Arbitragem junto ao Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá - CAM-CCBC. A instauração de procedimento arbitral contra a ANTT foi protocolada em setembro de 2019. O pedido de instauração visa solucionar controvérsia fundada no contrato de concessão por meio do Edital nº 001/2008. O procedimento arbitral tem como objetivo o aprimoramento contratual e o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, que possibilitará a reavaliação do contrato em relação a sua compatibilidade com as reais necessidades advindas dos Sistema Rodoviário, nos termos previstos contratualmente.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.1. b. - Solicitação de Reequilíbrio do Contrato de Concessão, com a decisão favorável em 13 de outubro de 2021 pela 6ª Vara Federal Cível da SJDF (decisão nº 1009371-92.2017.4.01.3400), a Companhia afasta a exigibilidade das obrigações não essenciais do Contrato de Concessão, bem como apenamentos sobre eventual descumprimento.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Seguem os valores estimados referentes aos investimentos em infraestrutura da rodovia:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldos em 1º de janeiro	824.690	837.063
Revisão orçamentaria	21.506	5.482
Transferência	(830)	(5.042)
Ajuste a valor presente	24.727	20.600
Investimentos realizados	(38.475)	(33.413)
Saldos em 31 de dezembro	<u>831.618</u>	<u>824.690</u>
Circulante	68.532	25.324
Não circulante	763.086	799.366

Em dezembro de 2023, a Companhia efetuou revisão anual da provisão, com base na situação do contrato de concessão para o exercício subsequente e contratos de obras já firmados, bem como na revisão dos gastos necessários a serem incorridos com a recuperação das rodovias BA-324 e BR-116 e das BA-526 e BA-528, mensurados com base em relatórios de monitoramento da ANTT. A revisão da provisão é considerada como uma mudança de estimativa contábil do custo e sua contrapartida foi reconhecida no ativo intangível.

12. Valores a pagar a ANTT

Em 2022, a companhia tinha registrado 17 processos com prognóstico de perda provável, no valor nominal de R\$ 8.832. Enquanto aguarda o deferimento da ANTT, a Companhia mantém registrado o débito total atualizado pela taxa SELIC referente a essas infrações.

Em 24 de novembro de 2023, a Companhia protocolou o pedido de Parcelamento Ordinário SUROD/ANTT de débitos inscritos em Dívida Ativa de 1 processo com valor nominal de R\$ 512 mais correção no montante de R\$ 508, perfazendo um total de R\$ 1.020, ele já estava registrado com prognóstico de perda provável. Com a inclusão do parcelamento, a companhia passou a deter 16 processos com probabilidade de perda provável no valor nominal de R\$ 8.320.

As penalidades impostas pela ANTT, refere-se basicamente a:

- (a) Não atendimento aos Termos de Registro de Ocorrências - TRO dentro dos prazos estabelecidos no Programa de Exploração Rodoviária - PER;
- (b) Liberação do tráfego sem a adequada sinalização horizontal provisória ou definitiva;
- (c) Não atendimento aos parâmetros de desempenho e prazos previstos no PER.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

O resumo dos parcelamentos encontra-se demonstrado a seguir:

	2023	2022
Saldo dos parcelamentos no início do exercício	25.078	28.185
Inclusão Débito Parcelamento	-	495
Reversão Débito Outros Processos	-	-
Juros e multas de mora (i)	2.151	1.211
Pagamentos	(1.685)	(4.813)
Saldo dos parcelamentos no final do exercício	<u>25.544</u>	<u>25.078</u>
Circulante	19.799	19.119
Não circulante	5.745	5.959

(i) Os valores dos juros e multas de mora, líquidos, foram reconhecidos como despesas financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

13. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos tributos sobre ativos e passivos e os valores contábeis. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. A movimentação dos saldos de imposto de renda diferido ativo (passivo), pode ser resumida como segue:

Base	Saldo em 31/12/2023	Movimentação	Saldo em 31/12/2022
Margem de construção	(17.324)	1.045	(18.369)
Capitalização de juros no intangível	(13.949)	1.294	(15.243)
Ajuste de encargos financeiros - apropriação AVP	91.966	8.407	83.559
Amortização do intangível provisionado	92.900	9.444	83.456
Diferença de taxa de amortização do intangível	(3.123)	290	(3.413)
Custos dos empréstimos - societário x fiscal	(22)	96	(118)
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios	767	(257)	1.024
Provisão para manutenção	7.560	1.464	6.096
Outras provisões	3.623	902	2.721
	<u>162.398</u>	<u>22.685</u>	<u>139.713</u>

14. Verbas de fiscalização e de segurança no trânsito

Conforme estabelecido no contrato de concessão, a Companhia deverá recolher à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão, a verba de fiscalização que se destina à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. O valor anual da verba de fiscalização prevista para 2024 é de R\$ 8.460, tendo sido realizado até dezembro de 2023 o valor de R\$ 8.175 (R\$ 7.687 em 31 de dezembro de 2022), sendo esse recolhimento efetuado mensalmente. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 705 (R\$ 671 em 31 de dezembro de 2022).

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Adicionalmente, a Companhia deverá disponibilizar à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão, verba anual para segurança no trânsito, destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados à prevenção de acidentes, educação no trânsito, comunicação e/ou aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal. A verba para segurança no trânsito é no montante anual de R\$ 1.863 reajustada anualmente na mesma data dos reajustes da tarifa de pedágio. O gasto com segurança no trânsito foi de R\$ 393 e provisionado o valor R\$ 1.086 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 1.479 em 31 de dezembro de 2022). Conforme Nota Explicativa nº 18.

15. Valores a pagar de arrendamento mercantil

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da companhia a taxa obtida foi de 9,1% a.a. A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro a seguir:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos iniciais	714	1.129	1.843
Adição	48	-	48
Utilização	(856)	-	(856)
Transferência	561	(561)	-
AVP	136	-	136
Saldos finais	603	568	1.171

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 991.207, e está representado por 828.812.035 ações ordinárias e sem valor nominal.

Acionistas	Em milhares de ações ordinárias			
	31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Roadis Participações na Viabahia Ltda.	828.812.034	99,999	828.812.034	99,999
Roadis Brasil Part. de Infraestrutura Ltda	1	0,001	1	0,001
	828.812.035	100	828.812.035	100

b) Reserva de incentivo fiscal

O incentivo fiscal SUDENE foi aprovado em agosto de 2012, por meio do Laudo Constitutivo nº 0111/2012, com validade até 2021, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Durante o período de vigência do benefício fiscal deverá atender às seguintes obrigações: (i) cumprimento da legislação trabalhista e social e das normas de controle ambiental; (ii) apresentação da declaração de rendimentos a cada exercício; (iii) proibição da distribuição de lucros correspondentes ao valor do imposto que seria pago sem a existência do benefício; (iv) participação da pesquisa anual de incentivos fiscais promovida pela SUDENE; e (v) apresentação anual de regularidade fiscal em relação aos tributos federais a apresentação de certidão negativa de débito para a previdência social.

Em dezembro de 2019, foi aprovada a renovação do incentivo fiscal SUDENE, por meio do Laudo Constitutivo nº 0173/2019, estendendo o prazo de fruição do benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração passando de 2021 a 2028.

Durante o exercício de 2023, a Companhia apurou um montante de R\$ 7.558, referentes ao incentivo fiscal SUDENE e está adimplente com as obrigações relativas ao programa de incentivos. O valor do benefício será constituído como reserva de incentivo fiscal, quando a Companhia apurar lucro.

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital.

17. Receita líquida

Descrição	2023	2022
Receitas de pedágio:		
Numerários (i)	112.157	100.552
AVI - Sem Parar/ConectCar (ii)	278.374	225.688
Visa Vale (iii)	25.762	23.709
DBTRANS (iii)	10.416	10.956
Sobras de arrecadação	99	72
	426.808	360.977
Receitas acessórias:		
Receitas extraordinárias	4.986	5.301
	4.986	5.301
Receitas de construção:		
Obras de infraestrutura (iv)	38.647	33.413
Tributos sobre serviços da operação	(37.383)	(31.713)
	1.264	1.700
Total	433.058	367.978

(i) Receitas provenientes de recebimentos em dinheiro e cheques;

(ii) Receitas oriundas da captação de sinais por meio de sensor eletrônico. As receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI ("Automatic Vehicle Identification") são calculadas e registradas por meio do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresas especializadas (CGMP, ConectCar, Move Mais, Greenpass e Alelo);

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

- (iii) As transações de vale-pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante utilização de cupons (DBTRANS) e créditos de vale-pedágio (Visa Vale), previamente adquiridos das empresas habilitadas;
- (iv) Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utiliza o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 2% de margem, que reflete a melhor estimativa do valor dos serviços relacionados com a melhoria da infraestrutura (construção), considerando a estrutura administrativa e operacional da Companhia e os contratos de construção firmados para a implementação de tais obras.

Descrição	2023	2022
Receita de obras de infraestrutura	38.647	33.413
Custos de construção	(37.889)	(32.758)
Total	758	655

18. Custos dos serviços prestados

Descrição	2023	2022
Custos de conservação:		
Serviços de terceiros (i)	(46.247)	(43.131)
Material, equipamentos e veículos	(5.732)	(6.960)
Manutenção	(4.305)	(6.932)
Custos com pessoal	(1.832)	(1.663)
Outros gastos conservação	(445)	(329)
	(58.561)	(59.015)
Custos de operação:		
Depreciação e amortização	(151.151)	(150.609)
Serviços de terceiros (ii)	(35.516)	(33.472)
Custos com pessoal	(26.175)	(24.469)
Material, equipamentos e veículos	(15.775)	(15.420)
Verba de fiscalização e segurança no trânsito (nota nº 14)	(9.654)	(9.166)
Seguros	(4.504)	(4.122)
Amortização Arrendamento	(719)	(664)
Outros gastos operação	(4.169)	(4.170)
	(247.663)	(242.092)
Custos de monitoramento:		
Serviços de terceiros	(1.109)	(1.158)
	(1.109)	(1.158)
Custos de construção:		
Custos dos serviços de construção (iii)	(37.889)	(32.758)
	(37.889)	(32.758)
Total	(345.222)	(335.023)

(i) Referem-se basicamente a materiais e serviços de limpeza e reparo da rodovia;

(ii) Referem-se basicamente a serviços de vigilância, atendimento pré-hospitalar, guincho, transporte de valores e de colaboradores da rodovia;

(iii) Aumento em linha com a receita de construção do período, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 17, Item iv.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

19. Despesas gerais e administrativas

Descrição	2023	2022
Serviços de terceiros (i)	(19.834)	(27.000)
Despesas com pessoal	(19.154)	(18.156)
Propaganda e publicidade	(1.626)	(2.063)
Gastos com viagens	(1.123)	(1.007)
Depreciação e amortização	(886)	(1.000)
Impostos, Taxas e Cartório	(869)	(3.494)
Material, equipamentos e veículos	(797)	(879)
Arrendamentos e aluguéis	(700)	(738)
Associação de classe	(225)	(281)
Energia, telefone e correspondências	(163)	(113)
Editais e publicações	(39)	(75)
Contribuição patronal	(16)	(12)
Contingências	755	6.703
Outras despesas gerais e administrativas	(6.391)	(8.839)
Total	(51.068)	(56.954)

(i) Referem-se basicamente a serviços de consultoria jurídica e comunicação social.

20. Resultado financeiro

Descrição	2023	2022
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(29.478)	(38.988)
AVP sobre provisão para investimentos e manutenção	(24.727)	(21.610)
Multas e juros de mora parcelamento	(2.151)	(1.211)
Apropriação dos custos de transação	(281)	(486)
AVP sobre arrendamento	(136)	(154)
Outras	(3.964)	(8.701)
	(60.737)	(71.150)
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeira	5.165	4.835
Outras receitas	83	506
	5.248	5.341
Total	(55.489)	(65.809)

21. Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes ao exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é demonstrada como segue:

Descrição	2023	2022
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(19.183)	(90.608)
Alíquota Vigente	34%	34%
Benefício do IR e CS à alíquota fiscal nominal	6.522	30.807
Incentivos Fiscais		
(-) Incentivos PAT	208	-
(-) Incentivos SUDENE	7.558	-
Adições/(exclusões) permanentes:		
Despesas não dedutíveis	(5.003)	(15.260)
Outras, líquidas	9.410	4.715
IR e CS apresentados no resultado	18.696	20.262

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

A composição do montante de imposto de renda e contribuição social referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 encontra-se a seguir:

Descrição	2023	2022
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes:		
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	(3.989)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos:		
Relativo à constituição e reversão de diferenças temporárias	22.685	20.262
IR e CS apresentados na demonstração do resultado	18.696	20.262

22. Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. A Companhia não possui ações em tesouraria nos períodos apresentados. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as ações da Companhia não possuíam efeito dilutivo:

Descrição	2023	2022
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(487)	(70.346)
Média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	828.812	828.812
Prejuízo básico e diluído por ação	(0,001)	(0,085)

23. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios

A movimentação das provisões e dos depósitos judiciais é como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro 2021	1.526	8.423	9.949
Constituição	255	-	255
Baixa	-	(6.958)	(6.958)
Atualização monetária	134	-	134
Saldos em 31 de dezembro 2022	1.915	1.465	3.380
Circulante	886	-	886
Não circulante	1.029	1.465	2.494
	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro 2022	1.915	1.465	3.380
Baixa	(755)	-	(755)
Atualização monetária	179	-	179
Saldos em 31 de dezembro 2023	1.339	1.465	2.804
Circulante	131	-	131
Não circulante	1.208	1.465	2.673

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

	Depósitos judiciais			Total
	Trabalhistas	Cíveis	Tributário	
Saldos em 31 de dezembro 2022	1.207	12	3.195	4.414
Adições	174	62	770	1.006
Baixa	-	(74)	-	(74)
Saldos em 31 de dezembro 2023	<u>1.381</u>	<u>-</u>	<u>3.965</u>	<u>5.346</u>

A Companhia é ré em processos de natureza cível e trabalhista, oriundos do curso normal de suas atividades, classificados como de prognóstico de perda provável, com base na avaliação de seus consultores jurídicos e para os quais mantém provisão constituída em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 2.804 (R\$ 3.380 em 31 de dezembro 2022);

Para os processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, classificados como de prognóstico de perda possível por seus advogados, no montante estimado de R\$ 236.434 (R\$ 227.223 em 31 de dezembro de 2022), não foram constituídas quaisquer provisões para cobrir eventuais riscos. As principais causas em que a Companhia está envolvida se referem a ações indenizatórias por acidentes na rodovia.

Até 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui 376 (339 em 31 de dezembro de 2022) autos e notificações da ANTT referentes à aplicação de penalidades, no montante total atualizado de R\$ 926.980 (R\$ 727.230 em 31 de dezembro de 2022) decorrente de processos em andamento na esfera administrativa, cujo pedido de nulidade por parte da Companhia ainda não foi julgado ou foi julgado improcedente no âmbito da Superintendência daquela Agência Reguladora, podendo resultar ou não na aplicação de multas. As penalidades impostas pela ANTT referem-se basicamente a:

- (a) Não atendimento aos Termos de Registo de Ocorrência - TRO dentro dos prazos estabelecidos no Programa de Exploração Rodoviária (“PER”);
- (b) Liberação do tráfego sem a adequada sinalização horizontal provisória ou definitiva;
- (c) Não atendimento aos parâmetros de desempenho e prazos previstos no PER;

A Companhia protocolou pedidos de revisão à Diretoria da ANTT ou ingressou com ações judiciais, nos quais solicita a reforma da decisão proferida pela Superintendência e o arquivamento dos processos, sem qualquer aplicação de penalidade.

Com base na avaliação de seus consultores jurídicos o prognóstico de perda para a Companhia nos processos discutidos administrativa e judicialmente é avaliada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

A Administração da Companhia, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.1., está discutindo com a ANTT a Revisão Quinquenal do Contrato de Concessão que inclui também os autos e notificações referentes a aplicação de penalidades pelo não atendimento dos parâmetros de desempenho e prazos previstos no PER e não espera incorrer em perdas relevantes como resultado desta revisão.

Desde 2017 temos um auto de infração contra a Companhia, tendo como objeto contratos firmados, nos anos de 2012 a 2013, para a prestação de serviços que supostamente não tiveram a sua devida contraprestação, havendo assim a necessidade de recolhimento de imposto de renda retido na fonte, com valor corrigido e acrescido de multa e juros estimado em aproximadamente R\$ 23.105.

Em fevereiro de 2023, a Viabahia tomou conhecimento sobre decisão liminar proferida suspendendo a exigibilidade do crédito tributário, sob condição suspensiva de atualização da garantia ofertada, em ação autônoma que os demais responsáveis tributários propuseram em face da Receita Federal. Os Assessores Jurídicos Externos da VIABAHIA entendem que os efeitos dessa decisão se aplicam à VIABAHIA.

A Companhia está atendendo a todas as exigências requeridas pela ação (prazos, tempos de vistorias e inspeções, apresentando relatórios e todos os documentos requeridos) e, baseada na posição dos seus Assessores Jurídicos, estima como possível o prognóstico de perda. Portanto, nenhuma provisão foi constituída.

24. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão de manutenção referem-se à manutenção do sistema rodoviário, ajustados a valor presente com a taxa de 9,7% ao ano. Os valores são provisionados por trecho de rodovia e as intervenções ocorrerão a partir de 2026.

Os saldos da provisão para manutenção estão distribuídos como segue.

Descrição	31/12/2022	Adição	31/12/2023
Provisão para manutenção	16.281	4.305	20.586
Encargos financeiros (i)	1.645	-	1.645
Total	17.926	4.305	22.231

(i) Refere-se à recomposição do passivo ajustado a valor presente.

25. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros, ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplência de suas contrapartes em aplicações financeiras de liquidez imediata e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, por meio de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e do patrimônio. A gestão e o controle dos riscos são realizados pela tesouraria da Companhia sob a revisão do Diretor Financeiro, pautando-se em parâmetros de “benchmark” de mercado para essa gestão, de acordo com os limites de alçadas e políticas de atuação definidas pela Companhia e aprovadas pelo Conselho de Administração.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, as cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões de gestão de caixa acima mencionadas.

Os planos da Companhia sobre o alongamento do perfil da dívida estão descritos na Nota Explicativa nº 1.1.

d) Risco de mercado

A Companhia está exposta ao risco da variação das taxas do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) e de flutuações das taxas de câmbio para suas operações de empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 10), dessa forma, seu resultado financeiro pode sofrer variação em decorrência da oscilação da variação desses indexadores financeiros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

e) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, nas quais a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha, tais como Banco do Brasil, Bradesco e Caixa Econômica.

f) Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta a riscos usuais de mercado, relacionados às variações do CDI e variações da TJLP e flutuações das taxas de câmbio para seus empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração efetuou análise de sensibilidade dos saldos em aberto considerando um horizonte de um ano e aumentos de 25% (Cenário II) e de 50% (Cenário III) nos parâmetros de risco citados a seguir:

Operação	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário Provável (II)	Cenário Provável (III)
Empréstimos e financ. Nacional	Alta da TJLP	(16.997)	(21.246)	(25.495)
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	8.455	6.341	4.227

Os valores dos parâmetros utilizados para os três cenários mostrados podem ser observados como segue:

Operação	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário Provável (II)	Cenário Provável (III)
Empréstimos e financ. Nacional	Alta da TJLP	6,55%	8,19%	9,83%
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	11,75%	8,81%	5,88%

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

g) Instrumentos financeiros

O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- **Nível 1:** Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- **Nível 2:** Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- **Nível 3:** Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Mensurados a valor justo por meio do resultado

Estima-se que os valores contábeis das contas de caixa e equivalente de caixa estão próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Ativo ou passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI e TJLP e flutuações das taxas de câmbio.

O quadro a seguir apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 38 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48:

Descrição	Classificação Inicial pelo CPC 38	Saldo em 31/12/2023	Nova classificação de acordo com o CPC 48
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	36.182	Custo amortizado
Passivos financeiros			
Empréstimos e fin. Nacional	Valor justo por meio de resultado	259.494	Custo amortizado
Fornecedores	Valor justo por meio de resultado	64.789	Custo amortizado
Outras contas a pagar	Valor justo por meio de resultado	16.388	Custo amortizado

h) Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seus custos.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, obter capital dos acionistas ou, ainda ou emitir novas ações por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde a dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira de longo prazo. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Com base na análise do índice de alavancagem, a Companhia reavalia a política de pagamento de dividendos e/ou de captação de recursos para se ajustar novamente aos níveis de alavancagem desejados.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro 2022, pode ser assim sumariado:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 10)	220.643	331.264
Total dos valores a pagar a ANTT (Nota Explicativa nº 12)	25.544	25.078
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 3)	(36.182)	(22.650)
Menos: Aplicação Financeira Longo Prazo	-	-
Dívida líquida	210.005	333.692
Total do patrimônio líquido	658.838	659.325
	0,32	0,51

26. Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de maneira regular pelo tomador de decisões operacionais na decisão de alocar recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento.

Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, de compras, de investimento e de aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, conclui-se que a Companhia opera em um único segmento operacional de concessão pública de rodovias.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

27. Transações não envolvendo Caixa

Durante o exercício de 2023, a Companhia realizou a seguinte atividade de financiamento não envolvendo caixa, portanto não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa:

Outros financiamentos: Cessão de crédito de risco sacado no montante de R\$ 14.909 ver Nota Explicativa nº 10(b) e 10.3.

28. Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2023, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Riscos cobertos	Bens segurados	Montante cobertura	Vencimento
Riscos de engenharia	Obras nos sistemas rodoviários da BR 116 e BR 324	84.298	Setembro/24
Riscos nomeados e operacionais	Obras nos sistemas rodoviários da BR 116 e BR 324	120.000	Setembro/24
Riscos nomeados	Equipamentos rodoviários	640	Maio/24
Garantia de execução da obra	Edificações, máquinas e equipamentos, Infraestrutura e execução do contrato de concessão oriundo do Edital 001/2008	161.079	Outubro/24
Responsabilidade civil	Administradores da Companhia	30.000	Abril/24
Responsabilidade civil geral	Reparações danos materiais e/ou corpóreos	22.500	Setembro/24

A Companhia contratou os seguintes seguros:

- **Risco de engenharia / nomeados e operacionais:** cobertura de perda ou dano decorrente de riscos de engenharia, riscos operacionais e relativos às máquinas e equipamentos da concessão;
- **Garantia de execução da obra:** seguro o qual a Companhia deverá manter em favor da ANTT como garantia do fiel cumprimento das obrigações;
- **Seguro de responsabilidade civil geral:** cobertura de responsabilidade civil cobrindo a Companhia e o Poder Concedente, bem como seus administradores, empregados, funcionários, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, custas processuais e quaisquer outros encargos relacionados a danos materiais pessoais ou morais decorrentes das atividades abrangidas pela concessão;
- **Seguro de responsabilidade civil administradores:** cobertura de responsabilidade civil de administradores, reclamação por práticas trabalhistas indevidas, responsabilidade estatutária, aquisição e constituição de nova subsidiária, segurado em empresas afiliadas, custos de defesa. Os segurados são as pessoas físicas eleitas como administradores, diretores, membros do conselho da Administração, do conselho fiscal ou de qualquer outro órgão regulador competente.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

29. Eventos subsequentes

Não ocorreram fatos relevantes entre a data final do exercício e a data de aprovação de emissão dessas demonstrações contábeis.
